

Guerras do Brasil (1504-1654)

Pedro Puntoni

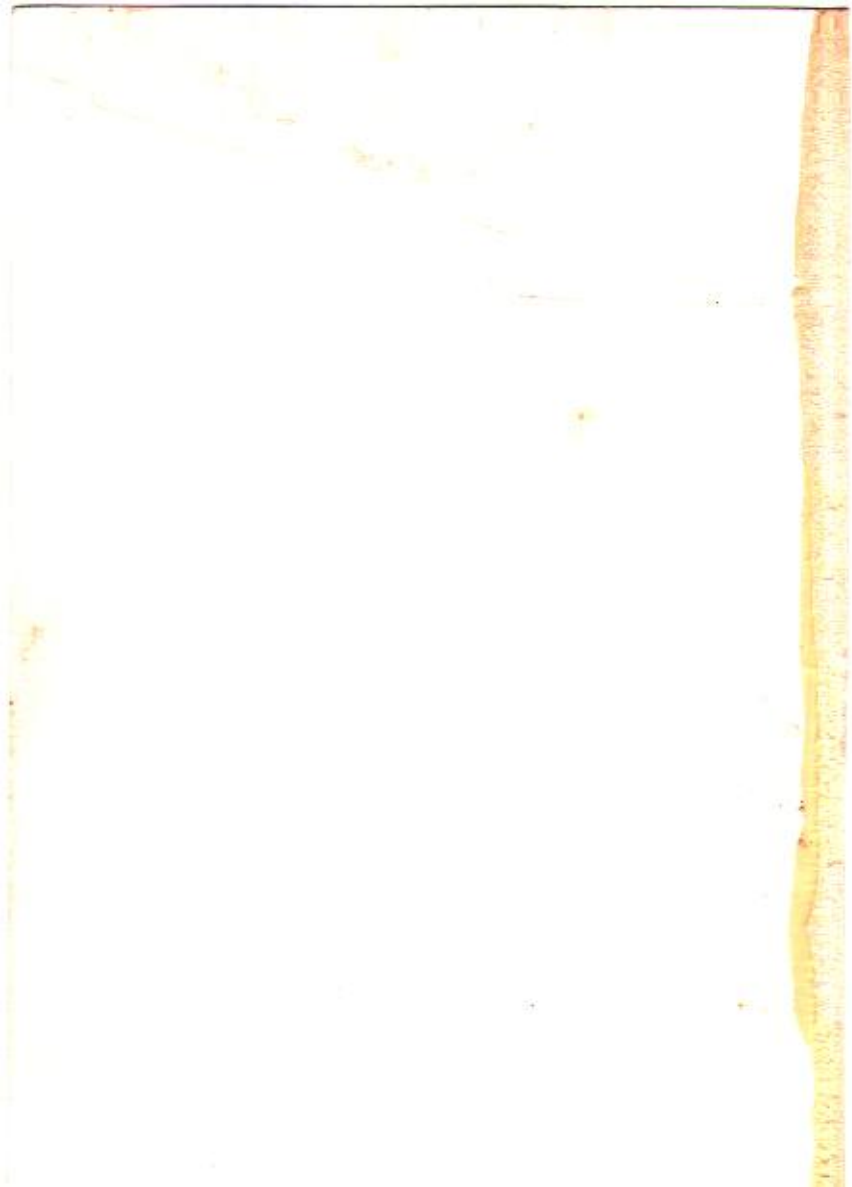


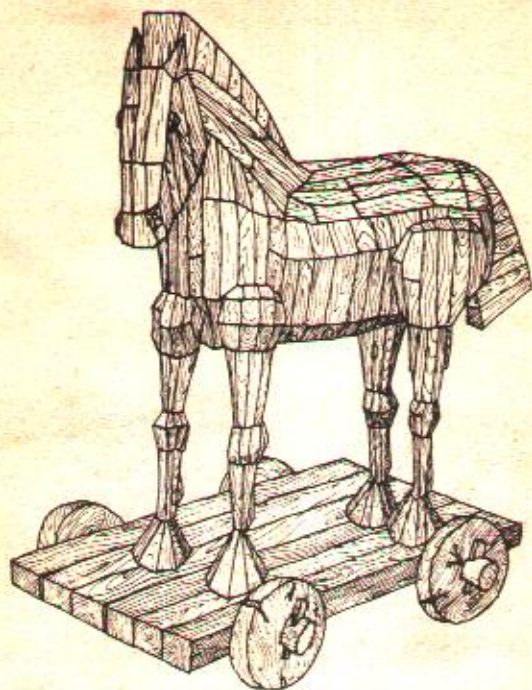
tudo é história

141



editora brasiliense





tudo é história

LEITURAS AFINS

Da Senzala à Colônia
Emília Viotti da Costa

**Dinâmica e Estrutura
do Antigo Sistema Colonial**
Fernando Novais

O Ensino de História
Revisão urgente
Conceição Cabrini e outras

O Extremo Oeste
Sergio Buarque de Holanda

**Formação do Brasil
Contemporâneo**
Caio Prado Jr.

Monções
Sergio Buarque de Holanda

Veneza e Amsterdã
*Um estudo das elites
do século XVIII*
Peter Burke

Coleção Tudo é História

Bandeirantismo: Verso e Reverso
Carlos Davidoff

História da Ordem Internacional
Carlos Roberto Pellegrino

Coleção Primeiros Passos

O que é História
Vavy Pacheco Borges

O que é Guerra
Roberto Numeriano

Pedro Puntoni

GUERRAS DO BRASIL (1504-1654)

Ataques e invasões
durante o Brasil-Colônia

editora brasiliense

Copyright © by Pedro Puntoni
Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada,
armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada,
reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer
sem autorização prévia do editor.

ISBN: 85-11-02141-8
Primeira edição, 1992

Preparação de originais: Ana Cecília F. de Barros
Revisão: Esther Nejm e Carmem T. S. Costa
Capa: Quátro design/Claudio Ferlauto



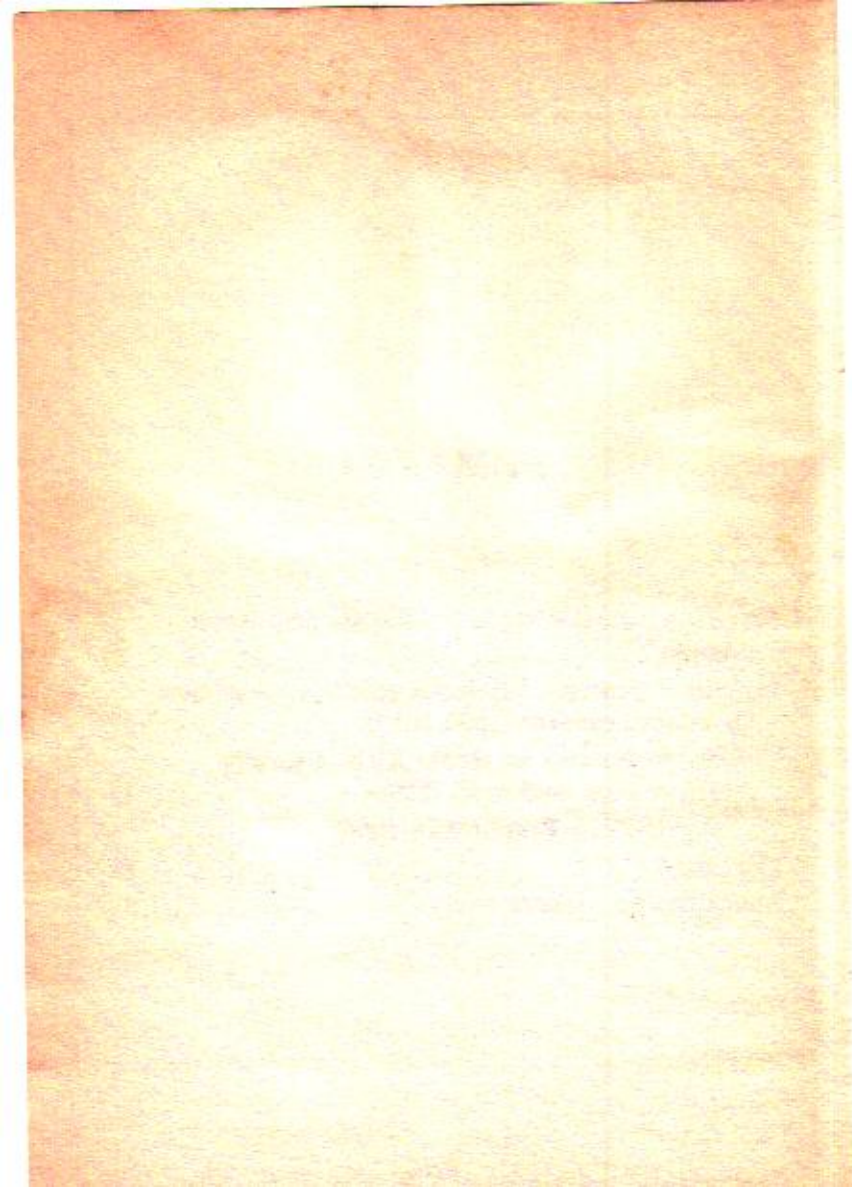
Av. Marquês de São Vicente, 1771
01139 - São Paulo - SP
Fone (011) 825-0122 - Fax 67-3024
Telex (11) 33271 DBLM BR

IMPRESSO NO BRASIL

SUMÁRIO

Introdução: a colonização e a disputa pelo Novo Mundo	7
Inglese e franceses: primeiros conflitos e tentativas de estabelecimento (1504-1615)	17
O contexto europeu do século XVII: a revolta holandesa e a unificação ibérica	47
Os holandeses no Brasil (1624-1654)	56
Conclusão	79
Indicações para leitura	81





INTRODUÇÃO: A COLONIZAÇÃO E A DISPUTA PELO NOVO MUNDO

Na história da colonização do Brasil um dos mais importantes capítulos é o dos esforços para consolidar a posse desse vasto território.

Portugueses e espanhóis dividiram entre si as novas terras descobertas no Ocidente (no Tratado de Tordesilhas, em 1494), mas outras nações e outros povos, desde então, passaram a disputar com as duas potências o promissor território.

No início foi a Coroa portuguesa a enviaar esforços para efetivar a posse do vasto território que lhe cabia. No início da colonização, ao lado da extração de pau-brasil e do surgimento dos primeiros engenhos, o domínio português manifestou-se pela construção de fortalezas, feitorias e cidades.

As transformações econômicas, sociais e culturais gestadas com o declínio do feudalismo e a transição para o capitalismo estão diretamente associadas ao que se chamou “os descobrimentos” e à colonização desses novos territórios. Assim, como parte do nascimento do mundo moderno, os descobrimentos e a colonização desde cedo apresentam as marcas das disputas entre os jovens Estados nacionais que surgiam no horizonte europeu. A luta entre as nações européias envolvidas nesse movimento de expansão do capital mercantil e de incremento das explorações ultramarinas faz parte, portanto, de nossa história colonial.

O Novo Mundo

O genovês Cristóvão Colombo navegava no Atlântico a serviço da Espanha com três pequenas caravelas quando encontrou algumas ilhas no Ocidente no dia 12 de outubro de 1492. Acreditava tratar-se da Índia, na Ásia, terra de especiarias e fabulosos lucros: era lá que ele estava tentando chegar contornando o globo terrestre. Colombo morreu crente de que aquelas ilhas eram a Índia.

Quando os portugueses, alguns anos depois (1498), alcançaram a verdadeira Índia, navegando não para o Ocidente mas para o Oriente, contornando a África, todos reconheceram o erro de Colombo. O que este havia encontrado, na verdade, eram novas terras, às quais a

Espanha, para não se dar por enganada, quis pôr o nome de Índias Ocidentais.

Segundo uma bula do papa Alexandre VI, a *Bula Intercoetera* (1493), todas as terras descobertas e por descobrir situadas além de 100 léguas (1 légua marítima tem 5.552 metros) para ocidente das ilhas de Cabo Verde seriam da Coroa da Espanha. O rei de Portugal, D. João II, que comandava uma pequena mas ousada nação de navegadores, não concordou com essa determinação. Para evitar a guerra entre as nações, embaixadores portugueses entabularam negociações com os espanhóis que resultaram no *Tratado de Tordesilhas* (7 de junho de 1494). Ficava acertado que todas as terras descobertas a oeste das ilhas de Cabo Verde seriam divididas entre os reis de Portugal e Espanha. O primeiro ficaria com as terras situadas entre 250 e 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, e o segundo com as terras situadas depois das 370 léguas.

O Tratado de Tordesilhas, portanto, fixou a propriedade de cada um dos reinos sobre as terras ainda por descobrir. Como escreveu o poeta Camões: "...à direita. Não há certeza d'outra, mas suspeita". Esse foi o resultado de um balanço das forças em jogo na Europa no final do século XV.

Portugal e Espanha largavam na frente das demais nações européias por sua clara potência marítima e pelo fato de adiantarem-se às demais na formação dos Estados nacionais. Portugal constitui-se Estado moderno no final do século XIV (na Revolução de Avis, 1383-1385). A Espanha completou sua unificação na segunda metade

do século XV, com Fernando de Aragão e Isabel de Castela (1474-1517), os Reis Católicos. Enquanto isso a Inglaterra e a França, por exemplo, só iriam constituir seus Estados nacionais em meados do século XVI, depois de um longo processo de lutas entre monarquias (como a Guerra dos Cem Anos, entre Inglaterra e França — 1337 a 1453) e depois de convulsões internas (como a Guerra das Duas Rosas, na Inglaterra, entre os anos de 1461 e 1485, que resultou no coroamento de Henrique VII, o primeiro da dinastia Tudor).

A história da descoberta do Brasil é bem conhecida. As terras avistadas pelos marinheiros das naus de Cabral no dia 22 de abril de 1500 pertenciam por direito ao rei de Portugal. Cabral julgava ter chegado a uma ilha, que denominou Ilha de Vera Cruz. Na época a terra também recebeu a alcunha de "Terra dos Papagaios", em razão das grandes e coloridas araras que Pedro Álvares enviou para Portugal. O nome dado à província, "de Santa Cruz", como querem outros cronistas e historiadores, foi logo substituído pelo de Brasil. O nome vinha de um pau chamado "brasil", de cor abrasada e vermelha, com que se tingiam panos, muito comum nas novas terras. O português Gandavo, autor de uma história da província de Santa Cruz publicada em 1576, lamentava que certamente a troca de nomes fora obra do demônio, que tanto havia trabalhado para extinguir a memória da Santa Cruz.

O rei D. Manoel (que reinou de 1495 a 1521) tomou as terras para si, depois de conhecê-las por meio da famosa carta de Pero Vaz de Caminha. A Coroa estava muito ocupada com as conquistas da Índia, onde vinha

obtendo grandes lucros, mas enviou algumas expedições para reconhecimento e investigação dos recursos da terra.

A primeira delas foi aprestada em seguida, em maio de 1501, sob o comando de D. Nuno Manoel ou de André Gonçalves, não se sabe ao certo. Nela ia o importante navegador Américo Vespúcio, cujo nome associou-se ao do continente. Vespúcio escreveu uma carta em 1502 afirmando que sua expedição havia custeado grande parte do litoral brasileiro. A expedição revelou que o Brasil não era uma ilha, mas um vasto continente, e deu nome a vários dos acidentes geográficos do Brasil — como o da baía de Todos os Santos, do rio São Francisco e do cabo de Santo Agostinho. Todos esse nomes homenageavam os santos do dia, o que ilustra a religiosidade daqueles homens.

No ano seguinte Gonçalves Coelho comandou outra expedição — de seis caravelas —, que perlongou a terra por muitos meses, descobrindo-lhe portos e rios.

Essas primeiras expedições relataram que na terra só havia papagaios, bugios e pau-de-tinta: a Coroa devia largá-la nas mãos de comerciantes particulares. Já em 1503 o comerciante português Fernão de Loronha, ou Noronha, acertava com o rei uma licença para negociar nas costas brasileiras com exclusividade durante três anos. Os comerciantes estavam interessados na madeira que abundava na terra e que lhe dera nome — o pau-brasil. O rei, verdadeiro e último “proprietário” das terras descobertas, estabeleceu, então, que a madeira era um “estanco” real, isto é, um monopólio seu. Assim, a partir

de 1513 qualquer comerciante podia negociar pau-de-tinta nas costas do Brasil, desde que pagasse um quinto do valor obtido ao rei de Portugal.

O pau-brasil

Assim, nesse primeiro momento, deparando-se com um território imenso, habitado de forma esparsa por tribos nômades, Portugal optou pelo comércio costeiro. Nada mais foi feito na terra além de extração do pau-brasil: a madeira era cortada nas matas pelos índios e, em tocos, carregada nos navios que aguardavam ancorados. Como não havia cavalos, asnos ou outros animais de tiro, a madeira era arrastada por um grande número de índios. Estes, “em troca de algumas roupas, camisas de linho, chapéus, facas, machados, cunhas de ferro e demais ferramentas trazidas por franceses e outros europeus, cortam, serram, racham, atoram e desbastam o pau-brasil transportando-o nos ombros nus às vezes de duas a três léguas de distância, por montes e sítios escabrosos até a costa junto aos navios ancorados, onde os marinheiros os recebem. Em verdade só cortam o pau-brasil depois que os franceses e portugueses começaram a frequentar o país”. (Do livro de Jean de Léry, *Narrativa de uma viagem feita à terra do Brasil*, impresso em 1578). Esse sistema de troca não monetizado, portanto muito primitivo, é chamado *escambo*.

O pau-brasil, uma vez transportado para a Europa, era cortado em pedacinhos e pulverizado em moinhos. O pó era uma disputada tintura para os tecidos europeus, então carentes de cores. Na mesma época os comerciantes atravessavam o globo para levar aos mercados europeus os tecidos de seda da Ásia.

A disputa pelo Novo Mundo

A costa brasileira começou a ser visitada, desde o primeiro momento, por grande número de negociantes de várias nacionalidades. Durante todo o século XVI, várias foram as expedições de ingleses, franceses, espanhóis e holandeses (as potências marítimas da época) que comerciaram e atracaram nas costas brasileiras, frequentemente de modo pacífico. No entanto, vários foram os choques entre naus, entre naus e feitorias e entre gentes de nações diferentes — resultado de outras formas de estabelecer relações com a colônia portuguesa. Assim, ao longo de todo o período colonial o Brasil foi alvo de diversas incursões e ataques, fosse objetivando o comércio ilícito, o saque e o roubo, fosse a conquista de territórios e o estabelecimento de colônias.

Numa época em que o comércio tinha um sentido mais amplo que simples atividade de busca de lucros por meio do manejo de mercadorias, a maneira de obtê-las para

vender nos mercados instituídos da Europa importava pouco. Comerciar podia ser saquear, roubar... Essas eram apenas alternativas: quanto mais lucrativas, mais interessantes. Comerciante algum hesitaria em tomar uma carga ou um navio sem nada dar em troca, se as condições o permitissem. Como disse Jean de Léry, se alguém porventura tentasse dizer aos marinheiros que não estava certo saquear indiscriminadamente amigos e inimigos, estes responderiam “que isso é de guerra e de praxe e anda bem quem assim o pratica”. Os reis da Inglaterra, por exemplo, ficaram conhecidos pela liberalidade com que concediam cartas de corso aos “negociantes” nacionais. Essas cartas eram autorizações para a caça e o saque de navios mercantes do inimigo, conceito esse muito largo e adaptável às conveniências.

O fato é que outras nações européias, que por vários motivos não largaram na frente na corrida pelo descobrimento e posse dessas novas terras, sentiam-se lesadas. O Tratado de Tordesilhas, bem vimos, criou uma situação de exclusão das demais nações, que desde cedo perceberam que deveriam contestá-lo não somente no âmbito legal e moral, mas na realidade comercial e na colonização do Novo Mundo. Consta que o rei da França, Francisco I, teria feito o irônico comentário: “O sol brilha para mim como para os Mouros. Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que me exclui da partilha do mundo”.

O Tratado de Tordesilhas não intimidou a França de Francisco I, a Inglaterra de Henrique VIII, ou, mais tarde,

a Holanda no início dos seiscentos. O Tratado não é um constrangimento. “Mesmo assim, ele terá desempenhado o seu papel, generalizando a noção de monopólio. O que a França, a Inglaterra, a Holanda, os retardatários e os longos sopros da expansão reclamam é a participação no privilégio do monopólio. Os monopólios são a condição jurídica, até o século XIX, da expansão colonial e das construções navais”, escreveu o historiador Chaunu, em 1969.

Ataques e invasões

No âmbito deste livro, ataques e invasões significam coisas diferentes. Ataques são as tentativas, bem-sucedidas ou não, realizadas por expedições européias de outras bandeiras que não portuguesas, de comerciar e/ou piratar nas terras que, por direito concedido pelo Papa em 1494, eram propriedade de Portugal (e depois da Espanha, entre 1580-1640). Invasões, diferentemente, são as tentativas, bem-sucedidas ou não, de conquista e estabelecimento nessas terras.

Os ataques ao Brasil foram incontáveis. A história dos séculos XVI e XVII foi escrita entre expedições de comércio e contrabando, ações de corso e pirataria, escaramuças e pequenas e grandes batalhas. Ingleses, franceses e holandeses se revezavam, não só comerciando (contrabandeando) o pau-brasil ou outra especiaria da ter-

ra, como praticando o saque e o corso. Por outro lado, a colonização primitiva do Brasil, ainda nas primeiras décadas dos quinhentos, muito deve às expedições enviadas por Portugal para guardar a costa dos negociantes estrangeiros. Neste livro irei descrever apenas alguns desses ataques.

As invasões propriamente ditas foram de três nações, se consideramos invasões as tentativas de estabelecimento de uma colônia nos territórios portugueses da América com apoio explícito e incentivo de governos estrangeiros. Os franceses tentaram algumas vezes tomar para si um trecho do vasto território. No Rio de Janeiro quiseram edificar uma "França Antártica" (1555-1567) e no Maranhão consideraram a fundação da "França Equinocial" (1612-1615), que resultou na cidade de São Luiz.

Poucos anos depois o Brasil foi alvo de outro tipo de invasão, não mais com o objetivo de capturar uma porção do território para manter o comércio de escambo com indígenas, mas para tomar posse de uma área de produção de açúcar. Os holandeses conseguiram, depois de muito esforço, erguer um "Brasil Holandês" nas capitânias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte durante os anos de 1630 e 1654.



INGLESES E FRANCESES: PRIMEIROS CONFLITOS E TENTATIVAS DE ESTABELECIMENTO (1504-1615)

A expedição do navio francês *Espoir*, do porto de Honfleur, em 1504, inaugura, ao que consta, o trânsito de navios sob outras bandeiras que não a portuguesa nas costas brasileiras. Sabemos que dois portugueses, D. Nuno Manoel e Cristóvão de Haro, voltando de uma expedição em 1513-14, haviam relatado ao Rei que as costas mais meridionais do Brasil eram visitadas por navios franceses. Espanhóis, ajudados por portugueses, também transitavam por ali. Foi o caso da viagem de João Dias de Solís (1515), português que se passara para os espanhóis. A informação levou a Coroa portuguesa a patrocinar o envio de armadas para a guarda da costa. A expedição de

Cristóvão Jacques foi exemplo disso. No Brasil entre 1516-1519, além de fundar uma feitoria em Pernambuco, Jacques teve por objetivo expulsar os castelhanos que navegavam por aqueles lados.

Essa corrida para a América fez Portugal cogitar formas de defesa. Seu maior interesse estava na Ásia das especiarias, mas sempre havia a esperança de que se encontrassem metais preciosos no Brasil, a exemplo da prata do Peru. Essa esperança certamente estimulava os cobiçosos corações de todos os envolvidos na empresa marítima.

Na verdade, Portugal agarrava-se à necessidade de manter seu império colonial na intenção manifesta de manter sua autonomia geopolítica, consolidando a independência política, problema que sempre assombrou a história da nação. De fato, Portugal sempre sentiu necessidade de afirmar-se frente à dominadora Espanha; tendo, por um longo período (1580-1640), estado sob seu domínio efetivo.

A Coroa percebeu que para garantir a posse das novas terras era preciso de algum modo colonizá-las. Isso foi feito pelo sistema das capitanias. Em 1540 o rei D. João III dividiu o território em 12 "donatarias" (ou "capitanias"), doadas àqueles dispostos a realizar o povoamento e a colonização das áreas cabidas. Os estrangeiros que quisessem comerciar deveriam pagar um imposto mais alto.

O sistema, por vários motivos, malogrou. As capitanias voltaram à Coroa mas continuaram a existir, agora geridas por um Governo Geral estabelecido em Salvador,

na Bahia, em 1549. O Governo Geral deveria tentar coordenar a empresa colonizadora e auxiliar o esforço dos donatários. Algumas capitanias conseguiram produzir resultados dedicando-se à produção de açúcar, produto raríssimo e muito apreciado na Europa.

Comércio com os ingleses

Um comerciante de Plymouth, Willian Hawkins, foi o primeiro inglês a comerciar nas costas brasileiras. Entre os anos de 1530 e 1532 realizou três viagens a bordo do navio *Paul de Plymouth*, de 250 toneladas. Conseguiu escapar dos portugueses e fez boas relações com os índios, a ponto de embarcar um chefe indígena e levá-lo à Inglaterra em sua segunda viagem. Ao que parece, Hawkins prosseguiu realizando viagens às costas brasileiras. Esse comerciante inaugurou um trânsito comercial entre o Brasil e as costas da África Ocidental.

Há notícias de viagens “cômodas e lucrativas” feitas por outros comerciantes ingleses. Por volta de 1540 Robert Reninger, Thomas Borey e outros comerciantes de Southampton vieram negociar, e um navio de Londres, o *Barbara*, de propriedade de J. Chaundler, visitou o litoral norte da colônia.

Um certo Pudsey, de Southampton, também esteve no Brasil, tendo erguido um fortim nas proximidades da baía de Todos os Santos, o que indica a atividade do comér-

cio. A partir de 1542, porém, não há notícia de viagens ou incursões inglesas ao Brasil. Isso só ocorreria depois da década de 1880.

Somente ao tempo da rainha Elizabeth (1558-1603) recrudescce o interesse inglês pelo comércio no Atlântico sul. Os comerciantes parecem particularmente interessados na capitania de São Vicente. Um inglês casado com a filha de um senhor de engenho e residente na vila de Santos, John Withall, intermediou a vinda de um navio de mercadorias de Londres, o *Minion*, que andou comerciando na região no ano de 1581. O porto de Santos era o mais importante e habitado do sul da colônia. Já São Sebastião era muito procurada por navegantes e piratas pela excelência do porto e pela abundância de água e alimentos. O historiador inglês Southey conta-nos que, por ocasião da expulsão de navios franceses do Rio de Janeiro, esses vieram a atacar Santos; os mercadores ingleses do *Minion* emprestaram aos habitantes, para a defesa, peças e munições. Esse clima de colaboração entre ingleses e portugueses logo terminaria.

Em 1582 o inglês Edward Fenton partiu da Inglaterra com destino à Índia. Pensava passar pelo sul da África, mas já no meio da viagem optou pela rota do estreito de Magalhães. Desafortunado, pois as condições das correntes não lhe permitiram atravessar o estreito; diante disso, acabou rumando para Santos — onde imaginava ser bem recebido. Withall e seu sogro, José Adorno, procuraram conduzir as boas relações entre os ingleses e os de terra. Mas, apesar da atitude pacífica de Fenton, este nada conseguiu entre os desconfiados habitantes. Apareceu uma

esquadra espanhola, comandada pelo capitão Diogo Flores Valdez, que lhe deu combate. Fenton conseguiu afundar um navio espanhol, sofreu duras perdas e danos e foi forçado a recuar e voltar à Inglaterra com total prejuízo do capital investido. Os manuais de história identificam Fenton como pirata inglês, mas ele não praticou qualquer ato que pudesse chamar-se pirataria, sobretudo nessa viagem.

O mesmo capitão espanhol Valdez, em janeiro de 1583, quando de sua passagem por Olinda, mandou prender três comerciantes ingleses representantes dos negócios ainda inconclusos da expedição do navio londrino *Royal Merchant*. O capitão espanhol também confiscou as mercadorias, não só as que haviam sido trazidas pelo navio inglês como mercadorias enviadas pelos mesmos comerciantes aos cuidados do português Francisco da Rocha, no navio *São João de Viana*. Esse episódio ilustra uma mudança de atitude para com os estrangeiros por parte da metrópole.

Na verdade, tratava-se da transposição de conflitos originários da Europa. Com a unificação das coroas ibéricas em 1580, os ingleses, que estavam em guerra com a Espanha, passaram a ser inimigos também dos portugueses. Como vimos, no entanto, a coisa se dava, aqui no Brasil, no sentido inverso. Era espanhola a esquadra que interveio no pacífico comércio que os ingleses tratavam de estabelecer nas colônias então pertencentes a Portugal. Os ingleses passaram a utilizar navios portugueses para comerciarem nestas terras, como ocorreu com o navio *São João de Viana*, que provavelmente voltou a comer-

ciar com mercadorias inglesas. Um caso pitoresco ocorreu no ano de 1585, quando temos notícia de seu apresamento por piratas ingleses e de um processo dos comerciantes que o haviam fretado tentando resgatar sua carga das mãos dos contrerrâneos, que por seu turno alegavam ter aprisionado legitimamente um navio português, portanto inimigo.

Ataques ingleses

Dada essa nova situação, os ingleses, que durante a maior parte do século XVI limitaram-se ao contrabando ou ao comércio pacífico, passaram a ser mais agressivos. Edward Fenton, já vimos, envolveu-se, em 1582, numa batalha em Santos apesar de não estar sendo hostil. Diferentemente, Withrington, Cristopher Lester, Cavendish e Lancaster ficaram conhecidos pelos ataques dirigidos aos portos brasileiros.

Cristopher Lester e Robert Withrington comandaram a expedição organizada pelo conde de Cumberland dirigida aos mares do Sul. Os ingleses, que piratearam alguns navios no rio da Prata, decidiram atacar com seus navios a capital da colônia, Salvador. Chegaram à região em abril de 1587 e, sem conseguirem ocupar a cidade, assolaram o recôncavo baiano por seis semanas, sem muito proveito próprio.

Outro pirata inglês, Thomas Cavendish, partiu rumo ao Brasil em 1591. Sua frota alcançou a terra na altura de Cabo Frio e em seguida costeou o litoral praticando atos de pirataria. Depois de fundear em São Sebastião, Cavendish mandou três navios — o *Roebuck*, o *Desire* e o *Black Pinnace* — para Santos. No Natal de 1591 os navios atacaram a cidade. Os habitantes, surpreendidos na igreja, não ofereceram resistência alguma. Os ingleses ficaram dois meses na cidade, depois saíram incendiando a vila e os engenhos. Cavendish ainda navegou pela região tentando desembarcar, sem sucesso, no Espírito Santo. Morreu durante o regresso à Inglaterra.

Em 1595, foi a vez do próspero porto de Recife, em Pernambuco, atacado por James Lancaster e Venner. Os dois piratas se encontraram na ilha de Maio, em Cabo Verde, e juntaram esforços. Uniram seus navios — sete ao todo — e combinaram o ataque a Recife, onde chegaram em fins de março de 1595. Lancaster e Venner tomaram o porto e os habitantes fugiram para a cidade de Olinda, abandonando todas as mercadorias aos piratas. Tão grande era o botim que os navios não foram suficientes para embarcá-lo: Lancaster tratou com uns comerciantes holandeses que estavam por ali o fretamento de três navios para o transporte dos bens para a Inglaterra. Alguns dias depois apareceu uma esquadra de piratas franceses. Lancaster acabou cedendo a seus colegas de profissão parte da mercadoria. É que um dos capitães franceses, Jean Lenoir, de Dieppe, prestara no ano anterior grande serviço a Lancaster, recolhendo-o na ilha da Mona, nas Antilhas, onde havia naufragado. Assim os

ingleses, depois de ocuparem e saquearam Recife, foram embora levando uma frota de 11 navios carregados de mercadorias.

Os franceses no Brasil

Os franceses desde cedo demonstraram interesse pelas possibilidades da colônia portuguesa. Já em 1504 temos notícia de um navio francês, o *Espoir*, do porto de Honfleur, capitaneado por Binot Paulmier de Gonneville, que fundeou por seis meses em Santa Catarina, passando por Porto Seguro. Como disse o historiador Capistrano de Abreu, com a chegada dos portugueses coincidiu, quase, a dos franceses, que faziam o mesmo tipo de comércio de escambo, em busca de pau-brasil. “Na vastidão do litoral podiam ter passado anos sem se encontrar, mas o encontro era fatal, e não havia de ser amigável.”

O rei de Portugal, D. Manoel, já em 1516 tinha notícia das constantes navegações dos franceses em suas novas conquistas do sul. Nomeou, então, seu súdito Jácome Monteiro, embaixador junto ao rei da França, para a boa solução do problema. Nem este, nem seu sucessor, Joel da Silveira, conseguiram resultados satisfatórios. Apesar das duas nações serem amigas, seus súditos enfrentavam-se nos mares. A esse tempo, calculava-se que a guerra de corso (pirataria) resultara no apresamento de mais de trezentos navios portugueses.

O embaixador Joel da Silveira alertou o rei de Portugal, então D. João III, em fevereiro de 1526, que se armavam na França dez navios para ir saquear e contrabandear nas terras do Brasil. O mesmo Cristóvão Jacques, que veio com uma armada guarda-costas entre 1516 e 1519, foi posto no comando de uma esquadra de seis navios, em 1526, para dar combate aos contrabandistas franceses. Cristóvão Jacques encontrou-se com esquadras espanholas e navios franceses; diz-se que ele não conhecia limites a sua selvageria: não contente em matar os inimigos, fazia questão de torturá-los.

Mesmo oferecendo sua irmã em casamento ao rei da França, Francisco I, o rei D. João III não conseguiu resolver as “querelas das violações no ultramar”. Escreveu o historiador Jaime Cortesão que “a batalha tinha de ganhar-se, não por habilidades diplomáticas de momento, mas com o trabalho e a guerra, com o suor e o sangue derramados, a torrente e durante séculos”. E assim foi.

As esquadras de defesa e as operações de policiamento costeiro continuaram ativas nos anos seguintes. Diferentemente dos ingleses, porém, os franceses tiveram presença mais constante, visando a formação de colônias. Para isso, procuraram estabelecer contatos mais profundos com os indígenas. Na verdade, desde cedo tentavam fincar pé nesta terra. Quando Martim Afonso de Souza veio ao Brasil, em 1531, cruzou com vários navios franceses. O mais famoso deles, *La Pélerine*, regressara à Europa deixando um forte erguido em Pernambuco com trinta soldados. O irmão de Martim, Pero Lopes de Souza (que nos deixou um diário narrando estes sucessos), de-

pois de um combate de dezoito dias consecutivos, levou-o à rendição.

Os índios “aliados”

O bom relacionamento com os indígenas era fundamental nesses primeiros tempos. Como vimos, os índios realizavam comércio de madeira e outras drogas com os europeus, fornecendo-lhes mão-de-obra. Eram, também, os únicos capazes de fornecer alimento para os soldados e gentes da Europa que aqui aportavam, principalmente a “farinha de pau” (era a farinha de mandioca, também chamada nos escritos da época de “pão da terra”). Além disso, só eles podiam dar o conhecimento das terras e os homens necessários às diversas guerras e escaramuças travadas entre os colonizadores e as tribos hostis, e entre colonizadores de diversas nações.

Os primeiros aventureiros que aqui chegaram encontraram povos indígenas que falavam, praticamente, a mesma língua. Os tupis dividiam-se em vários grupos, mas ocupavam intermitentemente a enorme extensão do litoral. Na visão dos colonizadores, esses indígenas tupis estavam divididos, por ódios inconciliáveis, em dois grandes grupos: os tupiniquins e os tupinambás. Não são certos os motivos nem mesmo o fato, mas a história registrou que os tupinambás aliavam-se preferencialmente aos franceses e os tupiniquins aos portugueses. Como

disse Capistrano de Abreu, com certo exagero, “durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos Peró (portugueses) ou aos Mair (franceses)”.

Um fato que scandalizava os europeus era a antropofagia, praticada pelos indígenas. Tratava-se de uma prática ritual. Os tupinambás, por exemplo, ao devorarem os inimigos mortos ritualmente acreditavam estar vingando os ancestrais mortos em passadas escaramuças e ao mesmo tempo estar adquirindo parte da coragem do guerreiro morto. Florestan Fernandes, num estudo extremamente belo sobre essa civilização desaparecida ainda no século XVII (*A Organização social dos Tupinambá*, São Paulo, 1948), mostrou como a prática estava associada às funções de integração social, participando dos rituais de passagem e da função estabilizadora do grupo social realizada pela prática constante da guerra.

Para os europeus, a antropofagia serviu de pretexto para a escravização e o genocídio dos povos indígenas. Assoprava-lhes a “nau da cobiça”. No entanto, a prática da antropofagia (ou canibalismo) não era coisa ausente do horizonte europeu. Nas guerras de religião da França, por exemplo, era *fato* que pedaços de carne dos infiéis mortos foram realmente comidos “para saciar a raiva, como [fazem os] mastins”, na expressão de Léry. Esse protestante afirmava a humanidade dos índios, salientando que as brutalidades não lhes eram típicas, mas coisa de “homens brutos”. “Não abominemos portanto demasiado a crueldade dos selvagens antropófagos. Existem entre nós criaturas tão abomináveis, se não mais, e mais detestáveis do que aquelas que só investem contra nações

inimigas de que têm vingança a tomar. Não é preciso ir à América, nem mesmo sair de nosso país, para ver coisas tão monstruosas”, escreveu o mesmo francês no ano de 1578.

O capitalismo surgia no horizonte da história dos povos como uma ordem extremamente brutal, na sua lógica de acumulação de riquezas. Dessa maneira, pior ainda era o “açougue” entre os europeus, que a era do *capitalismo comercial* açulava. É nas cidades européias que deveríamos observar a real dimensão da civilização ocidental. “Cuidais que só os tapuias [denominação dada aos índios bárbaros] se comem uns aos outros? Muito maior açougue é o de cá, muito mais se comem os brancos”, escreveu o padre Antônio Vieira em 1654. “Vedes todo aquele bulir”, continua o pregador, “vedes todo aquele andar, vedes todo aquele concorrer às praças e cruzar as ruas; vedes aquele subir e descer calçadas, vedes aquele entrar e sair sem quietação nem sossego? Pois tudo aquilo é andarem buscando os homens como hão de comer — e como se hão de comer” (*Sermão de Santo Antônio*, 1654).

A França Antártica (1555-1567)

Por volta de 1548 vinham negociar pau-brasil perto de oito navios franceses por ano nas matas de Cabo Frio. Toda a região do atual sul do estado do Rio de Janeiro

era freqüentada por esses negociantes, que tinham bom conhecimento das terras e dos indígenas.

Todos os chefes dos índios tupinambás, de Cabo Frio a Bertioga, estavam unidos (assim entendiam os europeus) sob o comando do principal, que se chamava Cunhambebe, do qual o cronista Thévet nos deixou um retrato. Esses índios, chamados pelos portugueses de “tamoios”, percebiam que a aliança com os franceses era uma possibilidade de melhor enfrentar os portugueses e as tribos inimigas. A suposta união de todos aqueles índios passou para a história de forma imprópria, como a “Confederação dos Tamoios”. Os tamoiros teriam sido pacificados pelos padres Nóbrega e Anchieta, que no ano de 1563 teriam concluído com os nativos a “paz de Iperoig”. Nada mais artificioso. Como dissemos, essa “união” resultava principalmente da imaginação dos europeus, e sua pacificação foi feita — não com palavras e acordos — no ano de 1675.

Considerando essas condições favoráveis e amigáveis, o nobre francês Nicolas Durand de Villegaignon decidiu, no ano de 1555, fundar uma colônia na região da baía de Guanabara — que ele acreditava ser a embocadura de um rio que iria permitir a realização de suas ambições. Tendo ouvido falar da fertilidade e da generosidade daquela parte da América, Villegaignon acreditava que logo estaria tendo grandes lucros.

Na verdade, a empresa colonial em que estava envolvido não nascera de seu puro arbítrio. Villegaignon precisava obter os recursos necessários; para tanto, conse-

guiu o apoio do almirante Gaspar de Coligny e, através dele, do próprio rei da França. Em seguida Villegaignon persuadiu os calvinistas (protestantes que professavam as idéias de Calvino, francês que viveu entre 1509 e 1564) de que a colônia tornar-se-ia um refúgio para os perseguidos pela prática de seu culto. Isso determinou a adesão de vários calvinistas a sua expedição. O rei, por sua vez, acreditara nos argumentos a favor da expansão ultramarina e nos próprios católicos, que também viam com bons olhos a criação de um local para onde “enviar” os protestantes. Ao que parece, o cardeal de Lorena (chefe dos católicos), fiando-se no catolicismo de Villegaignon — Cavaleiro da Ordem de Malta —, teria trabalhado em seu favor. É justamente esse estranho arranjo religioso que irá colocar Villegaignon numa situação difícil um pouco mais tarde.

O rei Henrique II proveu Villegaignon de todo o necessário para a empreitada: dois grandes navios, ambos equipados, abundante artilharia e uma boa soma em dinheiro. Além disso, concedeu-lhe o título de vice-rei da nova conquista. Vários mercadores, certos do lucro, a ele se associaram. Quanto aos homens para a empresa, temeroso de tomar partido (entre católicos e protestantes) na delicada situação, Villegaignon preferiu recrutar “voluntários” nas prisões de Paris e de outras cidades do reino. Segundo Jean de Léry, ele teria dado garantias de que a nova colônia seria um lugar de tolerância religiosa e, portanto, um refúgio para os protestantes. Embarcaram com ele alguns protestantes convictos, como Thoret, Nicolas Barré e La Chapelle. Mas também embarcaram ca-

tólicos, como o frade franciscano André Thévet, que nos deixou uma narração daquela viagem ao Brasil muito importante para o estudo de nossa história e dos costumes dos índios.

Chegando à baía de Guanabara, Villegaignon edificou um forte de madeira em uma ilha chamada Serigipe pelos nativos — e que hoje tem o seu nome. O forte foi alcu-nhado “Coligny”, em homenagem ao patrono da aven-tura. Para o sucesso do empreendimento, Villegaignon fez todos aqueles sob suas ordens trabalharem duro, o que não agradou muito a todos. O “vice-rei” logo deu o nome de “França Antártica” à colônia e decidiu que a futura cidade que construiria no continente iria chamar-se *Hen-ryville*, em homenagem ao rei.

O francês contou com a boa vontade dos indígenas, que trocavam bugigangas e espelhos por mandioca e ou-tros alimentos, além do pau-brasil. Villegaignon, chama-do pelos indígenas de *Pai Colas*, pensava na possibili-dade de aproveitar a mão-de-obra disponível para a cons-trução de sua colônia; também contava com aqueles ho-mens para a guerra que teria de enfrentar para garantir a posse de um território pertencente, em princípio, ao rei de Portugal. Como ele mesmo escreveu em uma carta, suas impressões sobre os índios eram bem negativas: “vi-nha-me à mente a idéia de que tínhamos caído entre bi-chos de figura humana”.

Quando os navios voltaram carregados para a França, Villegaignon mandou por um deles um emissário a Ge-nebra pedindo ministros religiosos que o ajudassem na empresa. Mostrava, assim, zelo religioso, e acenava para

os calvinistas com uma definição de seus compromissos. Vieram para junto dele Felipe de Corguilleray — o senhor Du Pont —, acompanhado de Pierre Richier e de Guillaume Chartier. Além desses, vieram mais onze calvinistas, práticos nos seus ofícios e instruídos na fé, entre os quais Jean de Léry, que nos deixou importante descrição da conquista e o mais impressionante relato dos costumes e usos dos indígenas tupinambás (*Viagem à Terra do Brasil*).

Uma vez envolvido nesse cruzamento religioso e já na companhia dos calvinistas, Villegaignon aparentemente optou pela fé reformada. Participou das preces de acordo com o ritual das Igrejas Reformadas, a crer em Léry, e por várias vezes declarou em alta voz sua nova fé.

No mesmo ano de 1557, poucos meses depois da chegada dos ministros protestantes, irrompeu uma disputa religiosa provocada por Villegaignon em torno da necessidade de misturar-se água ao vinho para a celebração da ceia. A essa seguiram-se diversas outras, como por exemplo acerca da transubstanciação (se o pão e o vinho transformam-se ou não na carne e no sangue de Cristo). Para Léry, acreditar nisso era igualar os cristãos aos índios *guaitaká*, “que mastigam e engolem a carne crua”. Decidiu-se então o “vice-rei” por mandar Chartier para Genebra a fim de consultar-se com Calvino e pôr termo nas disputas.

Mas, surpreendentemente, após a ceia de Pentecostes, Villegaignon mudou de idéia. Disse abdicar das idéias de Calvino e declarou Chartier “herege transviado da fé”.

Tornou-se irascível e neurastênico, como se tivesse a consciência carregada. Segundo o relato de Léry, "jurava a cada instante pelo corpo de São Tiago que quebraria cabeça, braços e pernas ao primeiro que o importunasse; e ninguém mais ousava ter a sua presença". Ao que parece, ficara assim por causa de umas cartas que recebera do cardeal de Lorena (o seu outro protetor e chefe do partido católico), que devem tê-lo deixado temeroso das conseqüências de seus recentes atos. Lembrara rapidamente que era um Cavaleiro de Malta.

Villegaignon aumentou sua tirania e os atos de brutalidade para com aqueles que discordavam de suas orientações. Antes mesmo da chegada de Léry e dos ministros calvinistas, haviam tentado assassiná-lo por ter proibido aos colonos que se amiassem com as índias e, talvez, pela dureza dos esforços que exigia. A conspiração fracassou e quatro dos líderes foram capturados. Um foi estrangulado, um se afogou por não agüentar as torturas e os outros dois ficaram reduzidos à escravidão.

Os desentendimentos prosseguiram; o senhor Du Pont esclareceu a Villegaignon que uma vez tendo ele renunciado à fé reformada, não mais consideravam-se os calvinistas seus súditos. A partir de então ficaram estes privados de alimentos, tendo de negociá-los diretamente com os indígenas. Oito meses após terem chegado à "França Antártica", os protestantes, que acreditavam fundar um refúgio, viam-se obrigados a sair do Forte Coligny e migrar para o continente.

Eles foram se estabelecer num lugar chamado *La Briqueterie*, onde já estavam alguns dissidentes. Aí padeceram da falta de todos os confortos, à espera de uma solução. Léry reconhecia nos indígenas que os receberam, e com os quais tratavam, uma humanidade infinitamente maior que a do “vice-rei”.

Dois meses depois alguns desses calvinistas, entre os quais o cronista, voltaram à França a bordo de um navio normando que comerciava pela baía. Devido ao péssimo estado da embarcação, por pouco escaparam de naufragar e morrer de fome na travessia do oceano. Cinco dos calvinistas resolveram ficar. Tendo sido bem acolhidos pelo instável Villegaignon, logo foram presos e condenados por heresia. Três deles foram torturados e depois jogados ao mar e os outros dois permaneceram presos.

Essas notícias, chegando à Europa, scandalizaram os protestantes, que passaram a acusar Villegaignon. Se não bastasse isso, o “vice-rei” tornara-se suspeito também para os católicos, que achavam que ele havia inventado uma nova heresia e que a estava impondo aos colonos. Nessa situação, em 1558 Villegaignon partiu para a França a fim de explicar-se, deixando a colônia nas mãos de seu sobrinho Bois-le-Comte. A “França Antártica”, sem seu tiranete, ficava à mercê de suas brigas intestinas e das ameaças externas, fosse dos temíveis índios maracajás, amigos dos portugueses, fosse destes últimos, que pareciam acordar de prolongada modorra.

O novo governador-geral do Brasil, Mem de Sá, nomeado em 1556, chegou à colônia com disposição de

terminar as obras na cidade de Salvador, dar combate aos índios indóceis e expulsar de vez os franceses que, agora, habitavam o território. De fato, em novembro de 1559 chegou à Bahia a armada do capitão-mor Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, enviada pela Coroa com a missão precisa de liquidar a colônia dos franceses. Mem de Sá, auxiliado pela influência do novo prelado Pedro Leitão, conseguiu reunir todos os homens e índios de guerra disponíveis. Depois de ter feito contato com os colonos de São Vicente partiu, no começo de 1560, para o Rio de Janeiro, no comando de uma armada de dez navios.

Chegando ao Rio de Janeiro, Mem de Sá aguardou os reforços vicentinos, que não tardaram. De São Vicente vieram um barco e várias canoas de guerra. O governador-geral mandou aos do Forte de Coligny uma intimação para que se rendessem, mas estes “responderam soberbamente”. Decidiu-se o ataque para o dia 15 de março de 1560. Nesse dia desembarcaram os portugueses na ilha de Serigipe, onde estava o Forte de Coligny, e, após dois dias e duas noites de combate, os franceses resolveram se render. Foram feitos prisioneiros mais de cem franceses e alguns escravos. Segundo o governador-geral, mais de mil índios estavam do lado dos franceses, mas toda aquela gente não era suficiente para resistir à armada de Mem de Sá.

Terminou aqui, então, a tentativa de estabelecer uma “França Antártica” nesta parte da América. Villegaignon, na França, procurou ainda obter meios para recuperar

sua colônia perdida. Obteve o apoio dos jesuítas, mas fracassou em seu intento.

O governador-geral, no entanto, não deixou na fortaleza conquistada ninguém que a defendesse e a guardasse. Sua expedição, que realizaria várias outras façanhas, não previa o povoamento do Rio de Janeiro. Foi assim que os franceses continuaram a traficar naquelas costas e mantiveram boas relações com os indígenas.

A pedido do próprio governador-geral e de outros colonos, a Coroa decidiu-se por enviar ao Brasil uma armada para a colonização do Rio de Janeiro. Mem de Sá confiou o comando desta a seu sobrinho Estácio de Sá, que, logo que a frota chegou à Bahia, foi com ela para o sul. Chegando ao Rio de Janeiro, conseguiu tomar posse de um navio francês cuja população descera para o continente. Vendo a grande quantidade de índios que tinham por aliados, Estácio de Sá resolveu ir até São Vicente conseguir reforços.

Isso feito, Estácio de Sá desembarcou ao lado do morro do Pão de Açúcar — onde hoje é a Urca — e ali fundou uma colônia. Seu povoador logo lhe deu o título de cidade, nomeando-a São Sebastião. Os franceses e indígenas situados na baía esperaram por reforços vindo de Cabo Frio; tendo esses chegado, foram atacar a nova posição dos portugueses com três navios e trinta canoas de guerra. Nem essa nem outras escaramuças que se seguiram no prazo de um ano em que Estácio de Sá dirigiu a colônia conseguiram resultados. Os portugueses prosseguiram em seu esforço colonizador, distribuindo terras, organizando uma burocracia e fortificando a cidade.

Outra armada foi enviada por Mem de Sá para auxiliar o sobrinho, sempre atingido por ataques dos índios bravos. No comando de dez navios, Cristóvão de Barros foi ao Rio de Janeiro em 1566 e, junto com Estácio de Sá e seus homens, deu combate aos franceses e indígenas que persistiam na região. Estácio de Sá, numa dessas refregas, acabou sendo varado por uma flecha e morreu. No entanto os portugueses conseguiram desbaratar todos os pontos fortificados pelos franceses e seus aliados. Decidiram, então, mudar a cidade para um ponto da atual praia do Flamengo.

No entanto a derrota definitiva dos franceses nessa parte do Brasil só se consumaria em 1575. Fracassada a colonização na baía de Guanabara, os franceses continuavam suas atividades de comércio em Cabo Frio. Insurgiam os índios tupinambás (tamoios, para os portugueses), seus aliados, e causavam apreensão aos moradores da recém-fundada cidade de São Sebastião.

No ano de 1572 a colônia foi dividida em uma “repartição do norte”, com capital em Salvador, e uma “repartição do sul”, com capital em São Sebastião do Rio de Janeiro. O governador desta última, Antônio Salema, depois de aportar na capital, juntou todas as forças disponíveis e, no ano de 1575, rumou para Cabo Frio. Depois de escaramuças iniciais, os portugueses puseram cerco ao reduto dos franceses que logo se renderam. Dois franceses e um inglês, hábeis nas artes militares, foram enforcados. A fortaleza que lá havia foi demolida. Apesar dos pedidos do capitão dos índios tupinambás, An-

tônio Salema não permitiu que estes se convertessem em súditos de Portugal, preferindo chaciná-los e escravizá-los a todos. Consta que foram mortos dois mil índios e outros quatro mil escravizados. Desses índios tamoios só restou, no Brasil, o nome de uma estrada que hoje desce ao litoral norte do estado de São Paulo.

Os franceses no Maranhão (1612-1615)

Mais tarde os franceses tentaram estabelecer-se novamente no território brasileiro. Entre 1612 e 1615 eles se esforçaram por construir e manter a posse de uma colônia no então chamado Maranhão, ou, atualmente, ilha de São Luiz. Com o apoio da regente da França, Maria de Médici, e o envolvimento dos capuchinhos, tentaram erguer no norte do país uma “França Equinocial”, a exemplo da “Antártica” dos tempos de Villegaignon.

A história dessa “França Equinocial”, na crônica da colonização portuguesa do Brasil, inscreve-se no grande movimento de conquista do litoral norte. Nesse processo, os portugueses arrancaram a posse de todo o território que vai do norte de Pernambuco à entrada do rio-mar, o Amazonas, dos franceses. Estes, como no sul da colônia, estavam muito bem fincados na região, comerciando madeira e as drogas do sertão. Tal como no sul, os franceses relacionavam-se bem com os indígenas.

Passo a passo, as expedições portuguesas tiram das mãos francesas regiões sob seu controle e expulsam os comerciantes, corsários e aventureiros que se fixavam em vários pontos da costa. Já no governo de Luís de Brito (1572-1578) tenta-se dar combate aos potiguaras e franceses na Paraíba. Outras expedições, como a de Frutuoso Barbosa e Francisco Castejon, em 1583, a de Manuel Mascarenhas Homem e de Feliciano Coelho, em 1597, garantem o domínio da Paraíba aos portugueses.

Do mesmo modo, cobiçam os portugueses a posse definitiva do Rio Grande e do Ceará. Pero Coelho de Souza estará no comando de uma expedição que partiu por terra, em 1603, para o Rio Grande, e que travou uma peleja, ao pé da Serra de Ibiapaba, com uns certos franceses abastardados entre os índios tapuias do lugar. Eram, esses franceses, alguns restantes da expedição de Jacques Riffault, sob as ordens de um senhor de Mombille, que naufragou nas costas do Maranhão lá pelo ano de 1594. Vencida essa luta, regressaram sem obter mais sucesso para Pernambuco.

D. Diogo de Meneses (1608-1612), que veio substituir D. Diogo Botelho (1601-1608) no governo do Brasil, desde cedo julgou importante uma jornada às terras do Maranhão, lugar onde se presumia existir imensa fertilidade e enormes riquezas. Despachou como capitão do Ceará um certo Martim Soares Moreno, que ainda criança participara da expedição de Pero Coelho, para aprender a língua dos índios. Tão bem o fez que foi enviado somente na companhia de dois soldados, na confiança de suas boas relações com os indígenas locais. Como

escreveu seu tio e sargento-mor do Estado do Brasil, Diogo do Campos Moreno, ia assim "a fim de que os índios não o tivessem por hóspede pesado, e vissem como não lhes ia fazer guerra; mas antes a se fiar nas suas amizades, e forças". Esse português, de tão convertido aos costumes dos índios, em uma ocasião tomou "um navio holandês com ajuda dos índios, indo ele nu entre eles, e tingido de jenipapo [uma tintura] que faz a carne como negro da Guiné; matando em terra, e no dito navio, 42 homens ficando senhores da nau", escreveu o seu tio.

Sem apoio do governador-geral, que não enviava reforços e mercadorias prometidas, Martim Soares acabou desacreditado entre os índios ("soberbos das presas alcançadas"), tendo de abandonar seu posto sob risco de vida. Somente o sucessor de D. Diogo, Gaspar de Souza, que no ano de 1612 toma a verdadeira iniciativa de organizar essa empreitada, nomeando Jerônimo de Albuquerque, um mameluco (filho do cunhado do donatário da capitania de Pernambuco com uma índia chamada Maria do Espírito Santo, dita do Arco Verde), capitão da conquista do Maranhão. Albuquerque, nos seus sessenta e tantos anos, tinha, e convencia-se disso como se verá, grande prestígio entre os indígenas pelo fato de ser um grande "língua" (conhecedor da língua dos índios) e muito experimentado nas coisas do sertão. O governador-geral, ao que parece, teria dito que fez a escolha persuadido de que só aquele homem poderia levar consigo todos os índios daquela terra, sem despesa para Sua Majestade, sem trabalho algum.

O que não sabiam com certeza os portugueses era que a presença francesa nas costas do Maranhão *não se resumia* dessa vez a alguns piratas e comerciantes ocasionais. Do mesmo modo que, nos anos de 1555, os súditos da França estavam a erguer uma colônia na baía de Guanabara, agora, em 1612, haviam fundado uma cidade na ilha dita do Maranhão, apelidada São Luiz, em homenagem ao rei menino.

A história dessa colonização inicia-se, na França, pela iniciativa de dois nobres, Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière, e François de Rasilly, senhor de Aumelles. Ambos conseguiram o apoio de Henrique IV e, depois da morte deste, da regente Maria de Médici, para irem ao Maranhão fundar uma “França Equinocial”. Com o apoio material da Coroa e o título de *lugar-tenente general do rei da França*, o senhor de La Ravardière conseguiu ainda o apoio de vários comerciantes e o comprometimento de que os capuchinhos (uma “réplica” franciscana dos jesuítas) seriam os soldados espirituais da conquista. Entre os quatro religiosos que vieram com a primeira expedição — de três navios — que largou da França a 19 de março de 1612, estavam Claude d’Abbeville e Yves d’Evreux, os dois cronistas da missão do Maranhão. Esses textos têm mais interesse para o conhecimento das coisas do Brasil e dos costumes dos índios que propriamente para a história da “França Equinocial”.

Aqui chegando, como dissemos, La Ravardière e Rasilly trataram de erguer um forte numa encosta da ilha do “Maranhão” (onde hoje se situa o palácio do governo)

e fundar uma cidade que chamaram São Luiz. Fizeram várias diligências entre os índios do local e acertaram boas relações com eles, o que lhes garantia as mercadorias que procuravam (drogas do sertão), alimentos e mão-de-obra para os serviços de construção.

Há uma certa controvérsia entre os historiadores em torno de uma disputa havida entre os cabeças da colônia. Para Sergio Buarque de Holanda, nada autoriza a afirmar que houve um atrito sério entre La Ravardière e Rasilly. O que ocorreu, no entanto, é que Rasilly deixou seu colega com todos os poderes e retornou à França ainda em 1612 para cuidar dos interesses da colônia e conseguir reforços. Nessa ocasião, levou consigo sete índios *toupinamboults* para divertimento da corte. Na presença do rei e da regente, a corte ouviu um discurso na língua do Brasil e encantou-se com os trajes e modos dos índios e com as danças e músicas que eles realizaram ali nos salões reais. Sergio Buarque de Holanda conta que, na ocasião, ter-se-ia perguntado a um dos índios o que mais lhe agradava na França e, tendo esse respondido que as mulheres, logo emendou que não podia julgar sua beleza pois não as havia visto "inteiramente nuas, assim como costumamos ver as de nossa terra".

Rasilly mandou um navio, o *Régente*, com novos recursos e colonos no ano de 1614, mas a sorte da "nova França" já estava selada pelas decisões tomadas em Pernambuco. É que no ano anterior, no primeiro dia de julho, saíra de Recife o capitão-mor Albuquerque, acompanhado de Martim Soares, para a conquista do Mara-

nhão. Essa primeira jornada, no entanto, fracassou: os franceses deram encalço aos portugueses e, vendo que faltavam mantimentos e a gente padecia de todas as coisas, Albuquerque decidiu-se por retornar a Pernambuco.

A segunda expedição, a "Jornada do Maranhão por ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614", de acordo com o relato de Diogo do Campos Moreno, encontraria maior sucesso. Já em junho de 1614 Jerônimo Albuquerque seguiu por terra até o Rio Grande no trabalho de conseguir índios *frecheiros* (hábeis com as flechas) para a expedição. O mesmo Diogo de Campos, nomeado colega ("adjunto e colateral") de Albuquerque na jornada do Maranhão, ficou em Pernambuco aprestando os navios com mantimentos, armas, soldados e todo o mais necessário. No dia 26 de agosto a frota encontrou-se com Albuquerque e seus índios, que embarcaram nos navios. No Ceará o capitão encontrou-se com Manoel do Brito Freire, que havia largado na vigília de um fortim no ano anterior. Mais tarde, no final de setembro, a jornada incorporaria os setenta soldados do forte localizado no "Buraco das Tartarugas", como era chamada a atual Jericoacoara, no Ceará. Chegando mais à frente na barra do Perejá (Preá), os portugueses discutiram se deviam fortificar-se. O capitão-mor da conquista disse que lhe aborrecia ficar nesse local e que "até ali não havia aparecido franceses, nem coisa que desse sinal de guerra, que realmente não devia de os haver no Maranhão, e que se os havia deviam de ser muito poucos". Coisa que demonstra o pouco conhecimento da iniciativa francesa até então.

Tendo decidido prosseguir, no dia 26 de outubro a armada chegou ao lugar de Guaxenduba, perto do "Maranhão" e do reduto dos franceses e local dos futuros acontecimentos. Desembarcaram dos navios e puseram-se a construir um forte, o "Santa Maria". Nesse mesmo dia 28, Albuquerque, "levado de suas imaginações, e crédito, que se persuadia ter com todos os índios do Brasil", deixou seguir livre uma equipe de oito índios maranhenses que visitavam o quartel dos portugueses como espias de La Ravardière. Não tardou os franceses aparecerem na barra com duas lanchas que fizeram o reconhecimento do local e da situação. Algumas escaramuças ocorreram nos dias seguintes, deixando os portugueses nervosos. Diogo de Campos enervou-se com a confiança que o capitão-mor dava aos índios que zanzavam pelo local, tendo este retrucado: "Senhor, isto não é guerra de *Fran-des* [Flandres; alusão às guerras nos Países Baixos]. V. M. me deixe com os índios por me fazer mercê, que eu sei como me hei de haver com eles, que sei que me vêm buscar de paz". Os acontecimentos iriam mostrar que estava muito enganado. De fato, no mesmo dia em que discutia com o sargento-mor, um dos índios da terra, que se tornara fiel a Albuquerque, disse que deviam os portugueses se preparar, pois os franceses "logo vos hão de pôr cerco por mar, e por terra, porque tudo está prestes".

No dia seguinte, 11 de novembro, os franceses conseguiram capturar três navios, dos oito da expedição de Albuquerque, sem perda de nenhum homem. No dia 19 os franceses desembarcaram e procuraram entrincheirar-

se para a batalha. Mandaram, então, um ultimato aos portugueses para que se rendessem. Estes estavam divididos em duas tropas, cada uma sob o comando de um dos chefes, e sem delongas arremeteram contra os franceses. A batalha que se seguiu, conhecida como a "de Guaxenduba", resultou na derrota dos franceses e na morte de vários líderes e pessoas nobres do campo perdedor.

La Ravardière, que ficara em uma embarcação, negociou então uma trégua firmada no dia 27. Os franceses permitiram a presença dos seus inimigos naquele posto e se retiraram para a ilha de São Luiz, uns e outros na expectativa de uma consulta aos respectivos reis, que, na Europa, tratavam-se por amigos. Para a França foram um sobrinho de Jerônimo de Albuquerque e o capitão de Prat, pelos franceses, e para Lisboa Diogo de Campos Moreno e um oficial de nome Mathieu Maillard.

Ao contrário da França Equinocial, a jornada portuguesa recebeu reforços nos meses que se seguiram. Entre esses reforços estava uma armada chefiada por Francisco Caldeira Castelo Branco, que aportou em Guaxenduba no dia 25 de julho de 1615 com ordens para que Jerônimo de Albuquerque esquecesse a trégua e atacasse os franceses. As hostilidades abertas levaram os homens de Albuquerque à ilha, onde, no dia 3 de novembro, apoiado por uma frota enviada por Gaspar de Souza, ele conseguiu a rendição dos inimigos e a entrega das fortalezas. Jerônimo de Albuquerque, que se apelidou ainda "de Maranhão", ficou como governante da nova colônia con-

quistada. Do fracasso da colônia de La Ravardière e de Rasilly restou-nos o nome da cidade, São Luiz, em razão das boas relações que o rei da Espanha mantinha com o da França. Aliás, nesse mesmo ano Luiz XIII casava-se com Ana da Áustria, filha de Felipe III, rei da Espanha.



O CONTEXTO EUROPEU DO SÉCULO XVII: A REVOLTA HOLANDESA E A UNIFICAÇÃO IBÉRICA

Para entendermos a invasão do nordeste brasileiro no século XVII será preciso, antes, entendermos o contexto europeu que levou os holandeses a apostarem no enfrentamento com o império espanhol nesta quarta parte do mundo. A história primeva do Brasil não está apartada da história européia. Se a colônia participa da história universal como uma realidade do processo de formação do capitalismo na Europa ocidental, não o faz como “estágio inferior” à espera de seu momento de integrar (e escalar) os “estágios superiores” de humanidade.

Assim, é preciso entender um pouco dos conflitos em jogo na Europa para entender os sucessos ocorridos na colônia. As *guerras do Brasil* diferem das guerras euro-

péias, mas, como vimos, não deixam de fazer parte de um mesmo movimento histórico. No caso da invasão holandesa, isso torna-se muito claro. O principal objetivo dos holandeses era perturbar o império espanhol — tratava-se de mais uma operação numa guerra que se havia mundializado — e tomar para si um lucrativo comércio do qual haviam sido excluídos por decisão da Coroa da Espanha em 1605.

A revolta holandesa

Carlos, filho de Felipe o Belo (1478-1506, Habsburgo) e Joana (1479-1555, filha dos reis católicos de Espanha), ao completar vinte anos, em 1519, tornou-se Imperador do Sacro Império Romano, rei de Castela e Aragão (Espanha) e de suas possessões italianas e americanas, chefe da casa dos Habsburgos e senhor dos Países Baixos. Carlos V, como se chamou, ficou sendo, portanto, cabeça de um vasto império que se estendia pelo planeta.

Quando deixou os Países Baixos e foi para Espanha (onde era o rei Carlos I), Carlos V confiou seu governo à tia, Margarida da Áustria, e depois, no ano de 1530, a Maria da Hungria, sua irmã. Essas mulheres governantes tiveram de enfrentar, desde então, movimentos de revolta contra diversas atitudes do poder central. Na verdade, esses países eram, na época, um agregado de condados, de hegemonias de cidades e senhores, região de

poderes pequenos e locais. Contra as ingerências do poder central, o localismo só podia se revoltar em defesa de direitos e privilégios, apesar de a região dever sua precária unidade ao fato de subordinar-se à casa real dos Habsburgos.

No ano de 1555 Felipe II (1527-1598), filho de Carlos V, já era rei da Espanha e soberano dos Países Baixos. Ele enfrentou o crescimento do calvinismo nos Países Baixos dividindo-os em dioceses, o que ajustava a estrutura eclesiástica ao poder monárquico. O desagrado com essas medidas só aumentou quando o rei, tal como seu pai, foi residir na Espanha, em 1559, e largou o governo nas mãos de sua irmã Margarida, a duquesa de Parma (1522-1586). Os nobres e calvinistas, descontentes com o domínio habsburgo, formaram uma "confederação dos *gueux* (mendigos)", que, a partir de 1565, liderou uma rebelião contra a monarquia absoluta. O movimento almejava a independência das províncias.

Em 1567 o duque de Alba, Fernando Alvarez de Toledo, assumiu o controle dos Países Baixos à testa de um poderoso exército. Por meio do terror, o "vice-rei" (como o nomeara Felipe II) liquidou o movimento secessionista. Criou um Conselho dos Distúrbios que o povo preferiu chamar "conselho de sangue" (*bloedraad*), em razão de sua sanha anti-herética.

A rebelião reiniciou em 1572, tendo os rebeldes reconhecido em Guilherme I, príncipe de Orange, o líder do movimento. As batalhas, vitórias e derrotas de ambos os lados prosseguiram até que, em 1579, as províncias mais ao sul agruparam-se em torno da União da Arras,

tratado que as colocava sob a tutela de Felipe II da Espanha e estabelecia formas de defesa do catolicismo. As províncias rebeldes (Holanda, Zeelândia, Utrecht e cidades como Antuérpia, Bruxelas e Gent), em resposta, agruparam-se na União de Utrecht (23 de janeiro de 1579), que declarava sua independência do domínio espanhol. As cidades mais ao sul seriam conquistadas pelos espanhóis nos anos que se seguiram. Esse conflito, com suas marchas e contramarchas em diversos cantos do mundo, prosseguiu até o final da Guerra dos Trinta Anos (1648), pelo menos no que diz respeito ao envolvimento com a Espanha.

As sete províncias coligadas em Utrecht (Holanda, Zeelândia, Gelderen, Utrecht, Frísia, Overijssel e Groningen) formaram uma Federação em forma de república no ano de 1585 (Federação que chamamos, normalmente, de Holanda, tomando a parte pelo todo). Em razão dos diferentes interesses das províncias sempre houve conflitos entre elas. *Grosso modo*, a disputa era entre a província de Holanda e as demais. Estas últimas eram representadas, no âmbito dos Estados Gerais (isto é, do poder central da Federação), pelos príncipes da família Orange, os *stadhouder* (governadores). A Província de Holanda impunha sua liderança através da figura do Grande Pensionário (o secretário do Conselho de Estado). Na verdade, na intrincada forma de ordenar o poder da Federação, tratava-se de uma dualidade que se refletia na diferença de interesses em jogo. Willian Temple, em 1672, dizia que aquelas não eram as Províncias Unidas, mas as Províncias Desunidas.

O conflito entre os dois poderes refletia-se na política militar adotada. A Província de Holanda apostava, em razão de seus interesses mercantis, no fim da guerra com a Espanha. De fato, no ano de 1609, quando o “pensionário” Jan van Oldenbarnevelt tinha grande influência, conseguiu-se firmar uma trégua de doze anos com a Espanha, a ser observada tanto na Europa como nas possessões além-mar.

No ano de 1618 o príncipe Maurício de Nassau, em razão da crise religiosa que grassava entre os protestantes, mandou prender Oldenbarnevelt e executá-lo. Ganhavam força, então, os partidários da guerra; e esta, certamente, estender-se-ia ao além-mar espanhol. A guerra perseguia o lucro e o lucro gerava a guerra. No século XVII a Holanda, sem império, era imperadora dos mares. Uma potência capaz de enfrentar o Império espanhol. Em todos os cantos do mundo conhecido, os navios holandeses disputavam e guerreavam o comércio com portugueses, espanhóis, franceses e ingleses, quase sempre com sucesso.

O Brasil no século XVII

O jovem rei português D. Sebastião, ao morrer em Alcácer-Quebir em 1578, não deixou herdeiros. Seu velho tio, o cardeal D. Henrique, pouco conseguiu fazer para manter no comando a dinastia de Avis. Morto

D. Henrique, como não havia descendentes diretos, dois candidatos se apresentaram. Um deles, D. Antônio, prior do Crato, fez-se nomear rei. O outro respondeu invadindo o reino. Felipe II, rei da Espanha, filho de Carlos V, era também neto de D. João III e acreditava sua por direito a Coroa de Portugal. Desse modo Portugal acabou caindo sob o domínio da Espanha em 1580. O rei Felipe II da Espanha tornou-se, também, rei de Portugal (onde era Felipe I).

A chamada Unificação Ibérica durou sessenta anos, tendo sido três os Felipes que reinaram. Nesse período, como vimos, os espanhóis e portugueses deram combate a diversos piratas ingleses que atacaram o território brasileiro. Expulsaram definitivamente os franceses da Paraíba e do Maranhão e, ao fazê-lo, efetivaram o domínio de uma grande área na costa leste-oeste da colônia. O Brasil, em verdade, apresentava uma paisagem totalmente transformada na virada do século. As capitanias de Pernambuco e da Bahia despontavam como grandes produtoras de açúcar e como centros de intensa vida comercial e social.

Ainda no século XV o açúcar começou a ser produzido nas ilhas da Madeira e de São Tomé, descobertas pelo portugueses. A percepção das grandes possibilidades de lucro que a cultura da cana trazia fez aqueles homens tentarem o transplante da planta e da tecnologia do fabrico do açúcar para a nova região tropical. Muito bem aclimatada, a cultura da cana-de-açúcar possibilitava à colônia entrar no mercado mundial em formação com um produto singular, numa escala sem precedentes. O

açúcar, conhecido dos europeus havia muito, era considerado uma especiaria. Até o século XVI o açúcar só podia ser encontrado na botica de farmacêuticos. Com o tempo, transformou-se num produto popular de largo consumo. A colônia, então, encaixava-se no circuito mercantil europeu como fabricante de produtos complementares aos produzidos na Europa.

No século XVII o Brasil já despertava a cobiça dos intrépidos aventureiros “estrangeiros”, não mais apenas pelo pau-brasil, mas pelo açúcar. No entanto, como vimos, as capitanias que o produziam já estavam, num certo sentido, colonizadas. Portugueses abastados comandavam a produção desse mel da terra, feito por pés e mãos de escravos, fossem eles indígenas ou africanos importados em lucrativo comércio. Uma burocracia coordenava e administrava a presença real na economia (cobrando impostos e incentivando a produção) e na vida privada e religiosa dos habitantes (gerindo a justiça, o clero secular, a milícia). Um sistema militar de defesa garantia a posse da terra frente ao inimigo externo e ao inimigo interno. Os padres da Companhia de Jesus, num esforço sobrenatural e destruidor, tratavam de domar o indígena para os interesses da empresa colonizadora.

A Companhia das Índias Ocidentais

A Holanda havia criado, no ano de 1602, uma Companhia de Comércio das Índias Orientais (em parte com

recursos do Estado, em parte privados) capaz de comerciar na Ásia e destruir a concorrência dos outros povos europeus. Desde então, um comerciante holandês chamado Willen Usselinx insistia na criação de uma nova companhia de comércio, a exemplo da congênere oriental, nas mãos da qual deveriam os Estados Gerais depositar o monopólio do comércio com a África e a América. Essa Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie* — WIC) teria como objetivos imediatos a fundação de colônias no Novo Mundo e a promoção do comércio; e, de outra parte, o deslocamento das lutas nas quais estavam envolvidos os Países Baixos para as regiões ultramarinas. Enquanto os Potentados das províncias de Holanda só viam no projeto da Companhia um instrumento militar, Usselinx insistia na criação dos núcleos coloniais e no incremento do comércio. Quando se iniciaram as negociações de paz com a Espanha, o projeto da Companhia teve de ser abandonado em proveito do seu sucesso. A trégua de doze anos, firmada com a Espanha em 9 de abril de 1609, pôs termo às ambições de Usselinx de fundar uma companhia de comércio.

Com a execução, em 1619, do estadista Johan van Oldenbarnevelt, ganharam força os partidários da guerra. As propostas de Usselinx foram reexaminadas e, depois de um longo debate nos Estados Gerais, deliberou-se pela criação da WIC em 3 de junho de 1621. Justamente nesse ano acabava o prazo da trégua ajustada por doze anos entre Holanda e Espanha. Muito mais inspirada nos ob-

jetivos bélicos que na criação dos núcleos coloniais e no incremento do comércio, a Companhia logo arquitetaria uma invasão da interessante colônia do Brasil. Mais uma vez a história dos conflitos europeus cruzaria com a história da colonização, desta vez numa escala nunca vista.



OS HOLANDESES NO BRASIL (1624-1654)

A Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie* — WIC) era administrada por um conselho-diretor, conhecido como Conselho dos XIX (*Heeren XIX*). Esse conselho era formado por representantes das câmaras de cada província, em número proporcional à importância do capital mobilizado. Tal como sua irmã Oriental, a WIC era formada por capitais particulares (suas ações eram vendidas na Bolsa de Amsterdã) e por fortes subsídios do Estado Geral.

Logo que instituído, o Conselho dos XIX ponderou e decidiu-se pela conquista do Brasil, mais precisamente pela conquista da próspera economia açucareira das capitanias do nordeste. Os lucros esperados seriam suficientes para arcar com os custos da conquista e da ocupação, e caso os portugueses ali instalados não quises-

sem cooperar, caso resolvessem abandonar suas plantações, seriam substituídos por capitalistas holandeses interessados.

Duas ordens de interesses moviam os holandeses. Queriam, de um lado, molestar a política imperial da Espanha, a arquiinimiga, como vimos acima. No início era esse o principal motivo. Mas, na época, como temos visto, era tênue a linha entre o comércio e a guerra. Interesses econômicos, portanto, também haviam obrado pela criação de uma Companhia capaz de apossar-se de importante espaço produtivo e do controle de um monopólio. Como sabemos, até então o Brasil era o único grande produtor de açúcar, um produto em consumo ascendente na Europa.

Os holandeses vinham comerciando açúcar brasileiro havia tempos, desde quando o fato de Portugal ser vassalo da Espanha não interferia nos negócios de sua colônia. Entre 1604 e 1606, no entanto, várias provisões foram tomadas para impedir tal comércio. A provisão de 5 de janeiro de 1605 proibia todo comércio com holandeses, devendo ser condenado na própria colônia aquele que a infringisse. Os estrangeiros que navegassem para as conquistas da Espanha podiam estar sujeitos à pena de morte. Apesar disso, os comerciantes portugueses dependiam da navegação dos holandeses para o trato do açúcar e de cereais. Com a trégua dos Doze Anos (1609-1621), na realidade, esse comércio luso-holandês foi retomado em larga escala, sendo então que a Holanda intensificou seu interesse pelos gêneros do Brasil. Com o

fim da trégua e o reinício das hostilidades entre os dois países, os comerciantes holandeses apavoraram-se com a perspectiva de perderem o lucrativo comércio com o Brasil e passaram a acreditar na criação de uma Companhia capaz de tomar dos ibéricos o monopólio do açúcar produzido no Novo Mundo.

A conquista do Brasil (1624-1637)

Projetou-se, de início, a tomada de toda a colônia chamada Brasil. Para tanto seria correto iniciar por sua cabeça: a cidade de *Salvador*, na baía de Todos os Santos. Com esse objetivo aprestou-se uma armada de vinte e seis navios comandada por Jacob Willekens, que partiu em dezembro e janeiro de 1623 e 1624 respectivamente. Em 9 de maio desembarcaram os holandeses nas cercanias da cidade de Salvador e, como relatou uma testemunha citada pelo historiador Boxer, “tal foi o pânico, e tão generalizado foi ele, que nem os brancos nem os índios serviram para coisa alguma, cada qual procurando lugar seguro, sem pensar em dar combate”.

No ano seguinte a Bahia foi retomada pelos ibéricos através de uma monumental operação militar que ficou conhecida como a *Jornada dos Vassalos*, porque para reforço de gente deveriam concorrer não só Portugal como todos os outros reinos vassalos de Sua Majestade. Grande era o número de nobres, o que causou admiração

a vários cronistas da época. A armada mista de espanhóis, portugueses e napolitanos, com 52 navios, partiu das ilhas de Cabo Verde no dia 11 de fevereiro de 1625 e chegou à Bahia no dia 29 de março. Depois de um mês de cerco a guarnição holandesa rendeu-se, acabando momentaneamente com as esperanças holandesas de fincar pé na zona produtora de açúcar.

Os diretores da Companhia não se resignaram com a perda da Bahia. Depois dos enormes lucros obtidos com a captura da "frota da prata" em Matanzas (Cuba), no ano de 1628, a WIC tinha os meios para financiar uma nova invasão. De fato, a Bahia havia sido atacada novamente pelo mesmo autor dessa façanha no ano de 1627, tendo sido inteiramente saqueada. Em razão disso, a decisão para um novo ataque ao Brasil dirigiria-se, dessa vez, à rica e mais desprotegida capitania de Pernambuco.

A expedição, sob o comando de Hendrick Corneliszoon Loncq, partiu no dia 27 de junho de 1629, e contava sessenta e sete navios. Chegou a Olinda no início de fevereiro e se lançou ao ataque no dia 15. Apesar das tentativas de organização de uma resistência, sob o comando de Matias de Albuquerque (enviado à capitania com tal missão), os portugueses optaram, logo no dia seguinte, pelo abandono da cidade de Olinda e do povoado de Recife. Os fortes de Recife ainda resistiram por uma quinzena, tendo sido abandonados no dia 3 de março.

Para termos uma noção das idéias do tempo, a primeira atitude do governo de Madri, ao ter conhecimento da tragédia sucedida, foi mandar uma ordem para Lisboa

para que se fizessem preces. A Inquisição deveria trabalhar dobrado e castigar com rigor os delitos, pois o fato só podia ser entendido como "castigo" de Deus, irado com as liberdades para com judeus e hereges. Assim, quando derrotado um forte na longínqua colônia brasileira, por vezes sofriam os homens na península.

Mas as preces não bastaram. Aprestou-se em Lisboa uma armada para socorrer a colônia capturada, sob o comando de D. Antonio de Oquendo. Essa armada encontrou-se com a do holandês Paters nas águas da Bahia em 12 de setembro de 1631, onde se deu uma grande batalha. O almirante Paters morreu "envolto no estandarte da Holanda", entretanto os espanhóis tiveram grande derrota, não podendo mais que deixar alguns reforços para os pernambucanos. Com o fracasso da armada espanhola de Oquendo, a resistência à invasão limitou-se a uma estratégia de "guerra lenta", segundo a definição do historiador Evaldo Cabral de Mello. Essa estratégia, perseguida pela Coroa, buscava a manutenção do impasse inicial, dos anos 1630 a 1632; quer dizer, buscava deixar aos holandeses o controle das praças-fortes e manter o da zona produtora de açúcar, à espera de uma intervenção da Armada naval, quando isso fosse realizável. Enquanto isso acentuava-se a campanha de guerrilhas, a chamada "guerra brasílica".

A "guerra brasílica", como era chamada a "guerra volante" ou "guerra de emboscadas", era a maneira de fazer a guerra usando os novos elementos típicos da situação da colônia. Para Evaldo Cabral de Mello a "guerra brasílica" (ou "Guerra do Brasil", para o autor) era o re-

sultado não só da acomodação da arte militar européia às condições ecológicas do nordeste, como também da assimilação de técnicas locais de guerra. No mundo moderno, frisou o historiador Fernand Braudel, a guerra não tem um só rosto. "A geografia a colore e a divide. Coexistem várias formas de guerra, primitivas ou modernas, como coexistem a escravidão, a servidão e o capitalismo. Cada um faz a guerra que pode."

Assim explicava o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, do cimo de seus sessenta anos de vida, muitos em batalhas e em tratos com os índios, ao camarada no Maranhão: essa guerra que faziam aqui no Brasil "não era guerra de Frandes" (sic), ela tinha "um jeito dos índios". Na Europa do século XVII a guerra fazia-se com grandes movimentos de tropas, meditados e disciplinados, batalhas campais, exércitos mercenários e muitas regras. Vários dos comandantes e oficiais — bem como soldados — que combateram nessa "Guerra do Brasil" eram gente mobilizada nos campos da Europa, onde haviam lutado em condições totalmente diferentes. Um veterano espanhol, por exemplo, quando veio ao Brasil, exclamou indignado com o tipo de luta que travavam na terra: "Não somos macacos para lutarmos nas árvores!". Desse modo podemos compreender a novidade que significavam as "companhias de emboscada" criadas por Matias de Albuquerque durante a resistência aos holandeses. Essas eram guerrilhas sob o comando de um oficial, com uns trinta ou quarenta homens (vários deles índios "frecheiros") que faziam atormentar o inimigo e azarar-lhe os postos e comunicações. O saldo dessa guer-

ra era a destruição e a desorganização completas da estrutura produtiva da região. Mas essa estratégia, uma vez falho o apoio esperado pelo mar, não poderia manter o domínio do interior por muito tempo. Nos anos que se seguiram os holandeses conquistaram aos poucos as outras capitanias vizinhas e a região do interior de Pernambuco: a ilha de Itamaracá (em 1633), o Rio Grande do Norte (o forte dos Reis-Magos, em 1634), a Paraíba (o forte de Cabedelo, em 1634), e finalmente o Arraial do Bom Jesus, como era conhecido o reduto dos luso-brasileiros que resistiam, no dia 6 de junho de 1635. Esses sucessos eram creditados às informações passadas por Domingos Fernandes Calabar, que traía os seus em razão do temor de castigos, em virtude de grandes crimes cometidos, na explicação do historiador Varnhagen. Calabar mostrava o esquema de defesa, os acidentes geográficos e mesmo comandava tropas holandesas desde o ano de 1632. Para a história do Brasil, Calabar tornou-se "o traidor" da pátria, apesar de tentarem, alguns, reabilitá-lo. Sem dúvida, uma questão fraca para os historiadores.

A esses sucessos, ainda em 1635 seguiu-se a rendição da fortaleza de Nazareth, no cabo de Santo Agostinho, ao sul de Recife. No dia 3 de julho, Albuquerque comandava a retirada, por terra, das tropas e moradores fiéis ao rei católico para o forte do Porto Calvo, então sob comando holandês. Esse forte capitulou frente ao maior número dos luso-brasileiros e, então, fez-se pri-

buquerque e sua gente abandonaram o local aos holandeses que vinham em marcha e seguiram para a Bahia.

Nesse mesmo ano, 1635, foi enviada de Portugal outra armada, sob o comando de D. Luiz de Rojas y Borja, com trinta navios. Este, substituindo Albuquerque no comando da resistência, conseguiu desembarcar parte de suas tropas em Jaraguá, nas Alagoas, e seguiu para a Bahia. Logo, marchou para Porto Calvo com uma coluna de 2.600 homens, na esperança de enfrentar os holandeses e derrotá-los. Apesar de recuperarem Porto Calvo, o que se deu foi uma tragédia. As tropas espanholas foram derrotadas e Rojas y Borja morto pelos comandados do temível Arciszewski, coronel das tropas holandesas, em janeiro de 1636. A resistência, portanto, estava nas mãos dos próprios luso-brasileiros e das tropas que para lá haviam sido enviadas, agora sob o comando do napolitano Bagnuolo, e das colunas do índio Felipe Camarão e do negro Henrique Dias, entrincheirados em Porto Calvo. O próprio Martim Soares Moreno (que já vimos lutando, nu e pintado, no Ceará) estava envolvido nessa guerra no comando de um "troço" de índios.

O governo de Nassau (1637-44)

Embora os portugueses resistissem nos bosques, abandonando aos inimigos cidades e fortalezas, para a Holanda a vitória era certa, por isso considerou adequado

investir na colônia capturada. Os diretores da WIC, lá nos Países Baixos, convenciam-se de que era necessário consolidar o domínio da colônia conquistada e reconstruir sua economia devastada para que ela pudesse sustentar-se sozinha. Para fazê-lo os *Heeren XIX* acharam melhor substituir o "conselho de governo" (composto por cinco membros) por um grande líder. A escolha recaiu sobre João Maurício, conde de Nassau-Siegen, primo de Maurício de Orange (o *Stadtholder*).

Logo nos meses seguintes a sua chegada a Pernambuco com o título de "Governador Geral do Brasil", Nassau derrotou os últimos focos da resistência nativa, que fugiu definitivamente para o sul. Bagnuolo e seus homens foram derrotados em Porto Calvo no dia 18 de fevereiro de 1637 e retiraram-se às pressas para Sergipe. O rio São Francisco ficou, então, como uma espécie de fronteira natural entre o Brasil holandês e o Brasil luso-espanhol. O primeiro era formado pelas capitanias conquistadas de Pernambuco, Paraíba, Itamaracá e Rio Grande do Norte.

Consolidado o domínio holandês, restava reconstruir a economia. Para tanto o conde promoveu o financiamento dos engenhos de açúcar abandonados semidestruídos pelos portugueses em fuga: forneceu crédito para a compra e a reequipagem das fábricas e para a aquisição de escravos. Nassau permitiu também que os portugueses que assim o desejassem permanecessem nas terras, de posse de todos os seus bens, como súditos da Holanda. Vários deles compraram engenhos de seus compatriotas que haviam fugido.

Para o sucesso dessa política o governo do Brasil holandês estabeleceu a liberdade de religião. Isto é, os portugueses podiam continuar professando o catolicismo e os judeus podiam praticar livremente os cultos do judaísmo. É claro que um grupo de protestantes — a religião oficial dos holandeses era a da reforma — criticou severamente essa liberdade. Na verdade, o conde não agia como grande humanista ao tomar essas medidas, como querem seus apologistas. Seu único objetivo era manter os portugueses no comando dos engenhos produzindo açúcar e os comerciantes judeus ativos economicamente numa colônia semi-arruinada. Nassau viera, afinal, para reconstruir a colônia.

Na crônica colonial brasileira o conde deixou uma imagem de estadista iluminado. De fato, ele construiu uma cidade esplêndida no então bairro de Recife — foi ele, de fato, o fundador dessa cidade, a que chamou Maurícia (*Mauritsstad*). Além disso, o conde veio acompanhado de uma missão “ilustrada”, um círculo seletivo de 46 intelectuais, homens cultos, artistas e cientistas. Naturalistas como Zacharias Wagener, Jorge Marcgrav, Willen Piso escreveram os primeiros tratados sobre a fauna e a flora brasileira. Franz Post e Albert Eckhout retrataram, pela primeira vez por meio da observação direta, nossa paisagem e natureza em gravuras, desenhos e óleos que nos encantam até hoje. Apesar disso, não era uma “alma iluminada”, como querem alguns: o conde, como homem do seu tempo, estava preso aos padrões vigentes. Era um homem preparado, diferente dos outros administradores coloniais da época — holandeses ou por-

tugueses —, mas não deixava de ser um administrador colonial. Assim, não titubeava em defender a escravidão como única forma de fazer os engenhos produzirem; defendia métodos e ações violentos, executados com naturalidade por homens pouco dados a discussões éticas.

Os holandeses viam a necessidade de estabelecer um trato regular de escravos para as capitanias conquistadas. Só assim poderiam garantir o prosseguimento do fabrico de açúcar. Por iniciativa do conde João Maurício, a WIC conquistou as feitorias portuguesas de escravos na África. As tropas holandesas tomaram São Jorge da Mina, na Guiné, em 1637, e São Paulo de Luanda, em Angola, em 1641. Desde então, o problema do abastecimento de mão-de-obra deixou de preocupar seriamente os holandeses. Entre 1637 e 1644 foram importados legalmente cerca de 20 mil negros escravos.

No mesmo ano em que conquistaram Angola, os holandeses iriam conquistar o Maranhão, que, como vimos, tantos esforços custou aos súditos do rei espanhol. Tanto aqui como na África, eles agiam contra os acordos internacionais.

Em dezembro de 1640 foi coroado rei de Portugal o conde de Bragança, D. João IV, em substituição a Felipe da Espanha. Recuperada a autonomia de Portugal, a nova monarquia tratava de articular suas alianças européias. Por isso, mesmo atacada no além-mar pelo inimigo “herege”, a Coroa católica firmou um pacto com a Holanda para o combate ao “inimigo comum”, a Espanha. A trégua Holanda-Portugal iria durar dez anos (1641-1651) e abarcaria as possessões além-mar. Com isso holandeses

e luso-brasileiros deviam cessar as hostilidades — o que não impediu os primeiros de continuarem seu movimento de expansão, rompendo o acordo feito na Europa.

De todo modo, quando conquistaram o Maranhão, os holandeses encontraram um governador — Bento Maciel Parente — desprevenido, confiante no acordo de paz entre as metrópoles. Os holandeses, no entanto, no dizer de Varnhagen, “fiados na validade do pactuado, iam dormir o mesmo letargo da confiança em que os nossos haviam jazido, fiados na honra de Nassau”: em Pernambuco mesmo alguns homens começaram a articular um movimento pela recuperação do Maranhão — aqueles que se iriam destacar na rebelião de 1645. Os pernambucanos Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, entre outros, facilmente convenceram os maranhenses a rebelar-se. A insurreição, que marca o início das hostilidades aos senhores de Holanda, resultou na retomada do Maranhão em fevereiro de 1644, pouco antes, portanto, do embarque de Nassau para a Europa, em maio do mesmo ano. O governo da colônia holandesa no Brasil ficava nas mãos de três conselheiros: Hendrick Hamel, Pieter Bas e Adriaan Bullestrate.

A Guerra da Liberdade Divina (1645-54)

Restaurado o Maranhão, começaram a agitar-se as almas dos pernambucanos que desejavam o fim do jugo

holandês. André Vidal de Negreiros, sob o pretexto de visitar o pai doente, estivera em Pernambuco sondando e atijando os senhores locais. Um certo mulato, João Fernandes Vieira, que muito enriquecera nos últimos anos trabalhando para um holandês, seria o porta-voz e líder dessa elite. Dependiam, no entanto, do apoio da Bahia, através do fornecimento de armas e de tropas.

A insatisfação aumentava a cada dia. Os três conselheiros no comando, instruídos pela Companhia holandesa, haviam passado a exercer uma política financeira mais rígida. A queda do preço do açúcar em Amsterdã a partir de 1638 já assinalava a proximidade da crise econômica. A Companhia, nessa situação, havia investido na reconstrução da economia devastada pela guerra de conquista e acabou envolvida numa delicada situação financeira. Ademais, a Companhia tinha vários problemas por causa das freqüentes guerras que financiava. Seus diretores imaginavam solucionar o problema requisitando o imediato pagamento das dívidas contraídas ao tempo do conde de Nassau. Os escravos sempre foram vendidos a crédito contra a entrega da safra futura. No entanto, os diretores da WIC decretaram em 1645 que os escravos só deveriam ser vendidos a dinheiro, quer dizer, à vista. Isso enervou ainda mais os senhores de engenho.

Este tipo de problema, somado ao desencontro religioso entre os portugueses católicos e os holandeses protestantes, gerava condições propícias para o sucesso de uma rebelião restauradora. Como escreveu Luiz Felipe

de Alencastro, “simplificando-se as diferentes fases do conflito, dá para dizer que os portugueses eram dogmáticos em matéria de religião, mas pouco ortodoxos em matéria econômica. Os holandeses se comportavam de maneira inversa. Relativamente tolerantes na questão religiosa eles se mostraram duros com os senhores rurais endividados”.

O governador do Estado do Brasil, Antônio Teles da Silva, deu total apoio à conspiração arquitetada em Pernambuco. Isso apesar de Portugal estar em trégua com a Holanda. Sucedeu-se, então, uma série de artimanhas para *simular* uma guerra colonial e evitar transformá-la numa guerra entre os dois Estados europeus. Em março de 1645 uma companhia de soldados negros sob o comando do também negro Henrique Dias (que tinha o título de Governador dos Negros) havia “fugido” da Bahia e adentrado os sertões do Brasil holandês. O comandante André Vidal, “demonstrando preocupação”, mandara-lhe no encalço o índio Antônio Felipe Camarão com sua gente. Na verdade, estavam mandando tropas para Vieira, que trataria de organizar a rebelião.

Enquanto Dias e Camarão marchavam nos sertões, João Fernandes Vieira e Antônio Cavalcanti assinavam, com outros senhores de engenho descontentes com a dominação holandesa, um *compromisso de rebelião* em “nome da liberdade divina”. Esta foi aprazada para o dia 24 de junho seguinte, dia de São João, o santo do líder da revolta. O prazo muito longo permitiu aos holandeses descobrirem a conjura e dar ordem de prisão aos traidores. Estes acoitaram-se nos matos e nos engenhos afas-

tados, matutando e preparando-se para a guerra — esperando o reforço da Bahia.

As forças revoltosas de Pernambuco se reuniram e marcharam até acamparem numa localidade do interior chamada Monte das Tabocas, em razão da quantidade de *tabocas* (espécie de bambu) que lá havia. Os holandeses, cientes desses movimentos, já haviam mandado o chefe Hous com mais de mil homens para dar cabo da revolta. Ali chegando no dia 3 de agosto de 1645, os holandeses, confiantes em sua superioridade, lançaram-se ao ataque. Os luso-brasileiros, sabedores de todos os ardis da “guerra dos matos”, conseguiram derrotar pesadamente o inimigo. A notícia da vitória “das Tabocas” causou grande júbilo em Portugal e trouxe muito ânimo aos revoltosos.

Na Bahia, o governador Antônio Teles negava qualquer participação nos acontecimentos, enquanto André Vidal e Martim Soares Moreno embarcavam suas tropas numa esquadilha sob o comando do capitão-mor de mar Jerônimo Serrão de Paiva. Apoiados pela frota de Salvador Correa de Sá e Benevides, então conduzindo os navios mercantes da Bahia, os portugueses contavam desembarcar as tropas de Vidal e Moreno no sul de Pernambuco e dali navegar para Recife. Insuflada a insurreição em terra estariam prontos para atacar por mar. Tudo isso sob o disfarce cínico de que estavam ali para ajudar o governo de Pernambuco — afinal aliado! — no combate à rebelião.

Desembarcadas as tropas, rumaram os navios para o Recife como planejado. Enquanto se encenava essa falsa

diplomacia com os emissários holandeses, Salvador de Sá, talvez temeroso de arriscar a frota inteira, resolveu deixar o companheiro à sorte e zarpou para Portugal. Serrão de Paiva rumou um pouco para o sul e tratou de dar apoio aos soldados que iniciavam os combates nas localidades da capitania. O jogo de simulação continuava, com os portugueses a alegar que estavam pacificando a região. Os holandeses, porém, tomaram a iniciativa e enviaram uma frota, sob o comando de Lichthardt, para dar combate a Serrão de Paiva, que amargou uma derrota no dia 9 de setembro de 1645. Com a captura da correspondência secreta dos portugueses, os holandeses puderam comprovar seus reais interesses.

A “Guerra da Liberdade Divina”, no entanto, espalhar-se por toda a região. As tropas de Henrique Dias e os índios de Camarão, somados aos soldados desembarcados com Vidal de Negreiros, vieram a encontrar o exército rebelde. O comando da rebelião decidiu alargar a guerra. Após uma série de batalhas, escaramuças e cercos, os luso-brasileiros conseguiram acuar os holandeses na Cidade Maurícia (Recife), depois que estes abandonaram Olinda. Até Recife, todo o sul estava perdido; no norte ficavam os holandeses, acuada em seus fortes ao longo da costa.

Nos anos que se seguiram essa situação de guerra perdurou; o número de portugueses que passavam para o lado dos revoltosos aumentava. Os senhores de engenho e lavradores pensavam que a única solução para a retomada do crescimento econômico era a paz a ser conseguida com a derrota definitiva dos holandeses. Além dis-

so, Vieira havia obtido do governador Antônio Teles o compromisso de que aqueles que se passassem para o lado de Portugal estariam anistiados de suas dívidas com a Companhia. Ele mesmo era um grande devedor, tendo, portanto, interesses econômicos diretamente relacionados com a vitória final. Esse compromisso foi divulgado em panfletos. Aumentavam os partidários da “liberdade divina”.

Acuados nas fortalezas e trincheiras de Recife, os holandeses passavam maus momentos. O comandante em chefe dos portugueses, André Vidal de Negreiros, comandava o assédio do acampamento feito nas proximidades da cidade — chamado “Arraial Novo do Bom Jesus”, referência ao arraial velho. O alimento começou a faltar, para a população e para as tropas sitiadas no Recife. Viam-se ali encurraladas 11 mil “criaturas humanas”, no dizer do historiador Watjen. As rações chegaram a apenas 3 libras de pão por semana, nos meses de abril e maio de 1646. Tamanha era a fome que “comiam-se gatos, cães e ratos — chegaram alguns a desenterrar animais mortos para aproveitar deles a carne meia infecta”, escreveu Varnhagen.

Quando os holandeses estavam já para se entregar, em julho de 1646, capitulando ao domínio da cidade e, portanto, de todo o Brasil holandês, surgiram no horizonte dois navios, o *Valck* e o *Elisabeth*, com alimentos e notícia de que estava para chegar uma frota de socorro. De fato, a frota da WIC com dois mil soldados e os cinco novos conselheiros que deveriam governar o Brasil chegou logo depois. Vieira e Vidal recuaram para o sertão esperando nova ocasião.

Algum tempo depois, o comandante da esquadra, Sigismundo van Schkoppe, atacou a posição dos luso-brasileiros na foz do rio São Francisco obtendo uma vitória importante. Confiante, Schkoppe decidiu atacar a ilha de Itaparica (na Bahia, defronte Salvador) para abrir um novo flanco no conflito. No dia 8 de fevereiro de 1647 os holandeses tomavam a ilha sem qualquer resistência. A guerra, nesse momento, “já tinha tomado uma fase mais legal”, no dizer de Varnhagen. Ou seja, os holandeses declaravam aberto o conflito entre “a Companhia e aqueles que procuram causar-lhe prejuízos”.

Em Portugal crescia o “partido” dos que achavam melhor entregar de vez Pernambuco aos holandeses e acertar uma trégua antes que fosse tarde demais. No entender destes portugueses a rebelião era coisa de “beberrões” que não sabiam o que faziam e poriam todo o Império a perder. Preocupada, no entanto, com o futuro de sua colônia, pois já eram quase sete meses com os holandeses entrincheirados na ilha de Itaparica, a Coroa portuguesa resolveu aprestar uma armada sob o comando do conde Vila Pouca de Aguiar. Em face desses reforços portugueses, os holandeses saíram da ilha em janeiro de 1648 e voltaram para Recife.

Algum tempo depois os holandeses resolveram “dar um basta” na situação. No dia 18 de abril de 1648 o general Schkoppe, acompanhado de 4.500 homens, tornava ao interior disposto a enfrentar de vez os revoltados. Estes, sob o comando do novo “mestre-de-campo geral”, Francisco Barreto, prepararam-se para a batalha. Com 2.200 homens, entre eles as tropas de Henrique

Dias e Antônio Camarão, marcharam para os montes Guararapes. No dia seguinte, 19 de abril, enfrentaram-se os dois exércitos numa batalha grande e sangrenta. Depois de quatro horas de ação os holandeses fugiram deixando novecentos mortos e levando quinhentos feridos. Entre os luso-brasileiros ficaram oitenta mortos e quatrocentos feridos. A batalha ficou conhecida como a *primeira de Guararapes*.

O conde Vila Pouca, no entanto, largava o mar aos holandeses, cumprindo ordens de não arriscar os navios portugueses. Até então, tinha grande força em Portugal o "partido" que pregava a conciliação com os holandeses. O padre Antônio Vieira, que em 1647 havia sugerido a compra de Pernambuco, acreditava que "impiedade e crueldade seria querer arriscar-se todo o corpo, por não deixar cortar uma parte tão pequena e tão corrupta, e que tão dificilmente se pode conservar". A entrega de Pernambuco, ou a venda, movimentava os bastidores diplomáticos nos países europeus, enquanto aqui no Brasil lutavam nos matos homens dispostos a optar pela restauração. A revolta pernambucana ansiava por uma decisão de Portugal.

Nesse momento Salvador de Sá resolveu, por conta própria, embarcar 2 mil homens no Rio de Janeiro e ir ter com os holandeses na África. Largando no dia 12 de maio de 1649, Salvador dirigiu-se a Angola com a idéia de erguer um forte no litoral para que os portugueses que estivessem nos matos pudessem voltar a comerciar negros. Encontrando, porém, a ocasião propícia, atacou

São Paulo de Luanda e fez os holandeses capitularem no dia 15 de agosto. Essa vitória teve importância capital porque encerrou os entendimentos em curso na Europa. Os portugueses passaram a crer possível a vitória final e os holandeses a descer totalmente nas polítics e diplomacias destes.

No Brasil a guerra prosseguia, tendo obtido os revoltosos vários sucessos no Rio Grande do Norte, em Itamaracá e em outros lugares. Os holandeses, com o domínio dos mares, saqueavam, por vingança, o recôncavo baiano em meados de fevereiro de 1649. Animados com esse sucesso, resolveram os membros do Conselho do Governo realizar um novo esforço para tentar levantar o sítio, como haviam tentado no ano anterior. Desde 1645 Recife padecia do assédio dos revoltosos; era chegada a hora de tentar bater as forças inimigas. A situação era difícil, pois a Companhia começava a hesitar no auxílio à colônia, sempre envolvida naquela guerra.

Os holandeses saíram de Recife com 3.500 homens sob o comando do coronel Brinck na noite de 17 de fevereiro de 1649. O mestre-de-campo Francisco Barreto, tão logo soube da notícia, levantou acampamento e foi enfrentar o inimigo. Comandava 2.660 homens. Nos mesmos Guararapes, o comandante holandês, coronel Brinck, fez os soldados cavarem trincheiras e aguardou o inimigo. No dia 19 os holandeses se movimentavam para uma melhor posição quando os revoltosos os surpreenderam atacando pela retaguarda. O desastre foi completo. Como o próprio conselho admitia consternado,

havia morrido mais de mil homens, entre eles muitos oficiais. Os portugueses perderam apenas 45 homens e tiveram duzentos feridos.

A primeira vitória de Guararapes serviu para os portugueses desistirem da venda ou cessão de Pernambuco aos holandeses; a segunda serviu para que estes últimos percebessem que grandes esforços ainda seriam necessários para manter seu domínio sobre o nordeste brasileiro. Na situação de crise em que se encontrava a Companhia, isto era muito difícil.

Os holandeses, no entanto, continuaram sitiados em Recife por alguns anos. Nos mares, corsários particulares, protegidos e autorizados pela Companhia, saqueavam e perturbavam a navegação. Em terra, os holandeses escapavam de emboscadas e procuravam a todo momento furar o cerco para conseguir abastecer Recife com alimentos. Novas tropas foram enviadas da Holanda, mas muitos morriam de doenças e o desânimo era imenso. Nos anos de 1652-1654 os Países Baixos acabaram se envolvendo numa guerra contra a Inglaterra, o que tornou impossível o envio de reforços ou a manutenção de apoio às tropas sitiadas em Recife. Pairava no ar a crença de que Recife ia cair e que os holandeses iam desistir, dando tudo por perdido.

Em junho de 1653 os corsários holandeses fizeram grandes danos à frota da Companhia de Comércio portuguesa (criada no ano anterior para dar segurança ao comércio do Brasil); foi a gota d'água para a Coroa. Decidiu-se tentar logo o assalto a Recife, por terra e por

mar. A frota dos portugueses, sob o comando de Pedro Jacques de Magalhães, apresentou-se diante de Recife no dia 20 de dezembro do mesmo ano. Concertado o plano entre os chefes em terra, iniciou-se o ataque que fez os holandeses recuarem abandonando vários fortes para reforçar unicamente Recife. Em janeiro de 1654 eles estavam totalmente acuadaos no forte “das Cinco Pontas” e na península, sem outra saída que não capitular.

No dia 23 foi enviada uma carta a Francisco Barreto pedindo um acordo. Este foi firmado numa campina chamada *Taborda*, por causa de um certo Manoel Taborda, pescador que ali morava. De acordo com o termo de capitulação assinado no dia 26, os holandeses podiam levar tudo o que era seu, inclusive manter a posse de seus bens em terra. Deveriam embarcar todas as tropas para a Holanda e entregar os fortes que ainda resistiam nas costas nordestinas — o que foi feito a toda pressa.

Estava terminada essa guerra do Brasil que tantos esforços e vidas consumiu. Na Europa, no entanto, o conflito prosseguiu por longos anos. Os holandeses, afinal, não aceitavam a derrota imposta pelos luso-brasileiros pelas armas. A diplomacia lusa imaginava soluções mirabolantes que foram capazes de entreter os holandeses por três anos. Cansados de esperar, os holandeses levaram, por duas vezes, uma armada até a foz do Tejo, para obrigar os portugueses a indenizarem de alguma maneira a WIC. Em 1657 e em 1658 a guerra entre as duas nações quase estourou.

Com a interferência da monarquia inglesa, foi finalmente acertado um tratado em Haia (6 de agosto de

1661): os portugueses manteriam a posse dos territórios reconquistados na América e na África mas pagariam uma indenização de quatro milhões de cruzados aos holandeses. Para isso estabeleceu-se um novo imposto, pago no Brasil até o século XIX, apesar de já ter sido saldada a dívida havia muito. O que os luso-brasileiros haviam conquistado com muito esforço, a Coroa pagava ao derrotado com o dinheiro sacado dos conquistadores! Isso naturalmente gerou desconforto entre os colonos que haviam lutado pela restauração.

A esse desagrado somava-se, desde então, a idéia de que os naturais de Pernambuco seriam vassalos de Portugal mais políticos que naturais, por haverem restaurado eles mesmos aquele Estado. De acordo com Evaldo Cabral de Mello, esse sentimento de autonomia frente à monarquia é constitutivo do nativismo pernambucano e explica, em parte, as revoltas futuras de 1710, 1817 e 1824.



CONCLUSÃO

Entre 1504 e 1654 os portugueses tiveram de enfrentar outras nações interessadas no espaço econômico americano para consolidar seu domínio efetivo. Foram 150 anos de guerras intermitentes.

Depois de terem derrotado definitivamente os holandeses e assegurado seu império (ao menos no Ocidente), os portugueses tiveram de enfrentar a concorrência antilhana. A partir da segunda metade do século XVII as ilhas do Caribe passaram a fabricar açúcar, com técnica e capital holandeses. O monopólio português, firmado militarmente no controle do Brasil, deparava-se com uma concorrência comercial que ameaçava sua eficiência.

Analisado todos esses episódios podemos concluir que carece totalmente de fundamento a idéia tão disseminada de que a história colonial, tal como a nacional propriamente dita, não comportou guerras e violências. Neste

livro tomamos conhecimento daquelas onde os Estados europeus enfrentavam-se na disputa pelo comércio, pelo monopólio e pela posse do território.

Outro movimento de importância capital, relacionado aos que aqui foram descritos, foi o da conquista do território aos índios e o da manutenção da ordem no sistema de escravidão. De fato, a resistência indígena, na “Guerra dos Bárbaros”, do final do século XVII, por exemplo, fazia par com a dos escravos africanos, que ergueram Palmares por ocasião da desordem gerada nas guerras contra a Holanda. Contra essa resistência mobilizaram-se exércitos de mercenários capazes das atrocidades necessárias. Os que dominavam, venciam.

Este livro quis mostrar como a história colonial brasileira faz parte do movimento da *história do capital*, tomando-lhe um dos aspectos. A colônia foi o espaço da manifestação de conflitos europeus e do surgimento de conflitos com escala mundial. O capital é que apresentou a história aos homens como fato universal. O capital é que fez girar a *máquina* que triturava mundos e civilizações: a colonização — esta, sem dúvida, um fato da atualidade da história universal.



INDICAÇÕES PARA LEITURA

Indico aqui alguns dos textos usados para a redação deste livro. Não foi possível usarmos notas de referência no corpo do livro, o que faz da apropriação desses autores um gesto um tanto quanto obscuro. Não se trata, naturalmente, de uma lista exaustiva. Quanto às referências, as datas entre colchetes são as da primeira edição do livro; as sem colchetes são as da edição utilizada por mim.

1. Colonização, sistema colonial e contexto europeu

ABREU, J. Capistrano, *Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, Brasília, Ed. da UNB, 1963 [1907].

ALENCASTRO, Luiz Felipe de, *Le Commerce des Vivants: traite d'esclaves et "Pax Lusitana" dans l'Atlantique sud*, Paris, these de doctorat/Université de Paris X, [1985-1986], 3 v.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de, "The apprenticeship of colonization", in: Barbara L. Solow (ed.), *Slavery and the rise of Atlantic System*, Nova York, Cambridge University Press, 1991, pp. 151-176.

BRAUDEL, Fernand, *Civilização material, economia y capitalismo, séculos XV-XVIII*, trad. esp., Madri, Alianza, III volumes, 1984 [1979].

CHAUNU, Pierre, *Conquista e Exploração dos Novos Mundos: século XVI*, trad. port., SP, Pioneira/Edusp, 1984 [1969].

NOVAIS, Fernando A., *Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, SP, Hucitec, 1979 [1972]. Principalmente o capítulo 2, "A crise do Antigo Sistema Colonial", pp. 57-116. Esse capítulo foi publicado separadamente com o título *Dinâmica e Estrutura do Antigo Sistema Colonial* (SP, Brasiliense, 1988).

PARKER, Geoffrey, *The Dutch revolt*, Londres, Penguin Books, 1988 [1968].

PRADO Jr., Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo*, 4ª ed., SP, Ed. Brasiliense, 1953 [1942].

SCHWARTZ, Stuart, *Segredos Internos, Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*, trad. port., SP, Companhia das Letras, 1988.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *História Geral do Brasil — antes de sua separação e independência de Portugal*, 9ª ed. em 3 vols., SP, Melhoramentos, 1975 [1854-1927], principalmente os tomos 1, 2 e 3.

VICENTE DE SALVADOR, Frei, *História do Brasil: 1500-1627*, SP/BH, Edusp/Itatiaia, 1982 [1627]. Escrito no início do século XVII, o texto permanece fonte de informações e sugeriu algumas soluções para a redação deste livro.

2. Ingleses e franceses no Brasil

HOLANDA, Sergio Buarque de (e Olga Pantaleão), "Franceses, Holandeses e Ingleses no Brasil quinhentista", in: idem (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, SP, Difel, [1966], vol. 1, pp. 147-175. Importante síntese da história da França Antártica (1555-1567).

HOLANDA, Sergio Buarque de, "Conquista da Costa leste-oeste" e "Os franceses no Maranhão", in: idem (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, SP, Difel, [1966], v. 1, pp. 190-203 e pp. 204-234. Importante síntese da história da conquista do Maranhão pelos portugueses, bem como da experiência francesa.

LÉRY, Jean de, *Viagem à Terra do Brasil*, SP/BH, Edusp-Itatiaia, 1980 [1578]. Léry esteve no Rio de Janeiro no tempo de Villegaignon e escreveu este livro, onde faz a crônica dos acontecimentos e uma das mais impressionantes descrições dos hábitos e costumes dos indígenas tupinambás.

MORENO, Diogo de Campos, *Jornada do Maranhão por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614*, RJ, Alhambra, [1984]. Escrita pelo sargento-mor do Estado do Brasil, esta crônica é sem dúvida um dos mais interessantes documentos para a história da colonização nos inícios dos seiscentos. Diogo de Campos, junto com Jerônimo de Albuquerque, foi incumbido da conquista do Maranhão, tendo participado dos acontecimentos que narra com riqueza de detalhes.

SOUTHEY, Robert, *História do Brasil*, SP/BH, Edusp/Itatiaia, 1981 [1808-1819]. Esta obra do historiador inglês, escrita no início do século passado, traz boas informações sobre a atividade dos navios ingleses na costa brasileira. Veja principalmente o vol. 1, capítulo XII, pp. 251-267.

3. Holandeses no Brasil

BOXER, Charles Ralph, *Os Holandeses no Brasil, 1624-1654*, trad. port., SP, Companhia Editora Nacional, 1961 [1957].

MELLO, Evaldo Cabral de, *Olinda Restaurada*, RJ, Forense/Edusp, [1975].

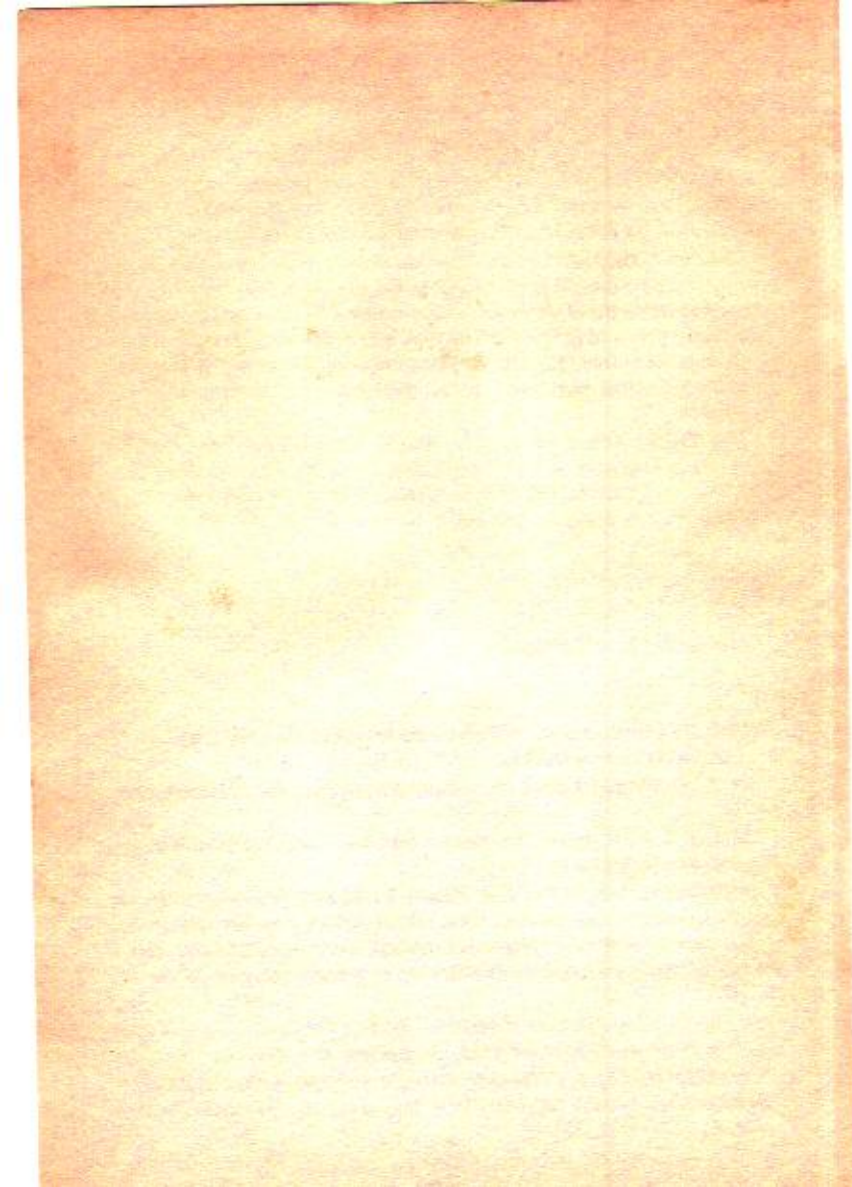
MELO, J. A. Gonsalves de, *Tempo dos Flamengos*, Recife, BNB/Gov. Est. PE/SEC, 1978 [1947].

NIEUHOFF, Joan, *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, trad. port., BH/SP, Itatiaia/Edusp, 1981 [1682]. Talvez a melhor crônica dos acontecimentos relativos à Guerra da Liberdade Divina (1645-54) foi escrita por esse holandês que esteve em Pernambuco ao tempo do governo de Nassau, em 1682.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*, SP, Cultura, 1943 [1871].

WATJEN, Hermann, *O Domínio Colonial Holandês no Brasil, um capítulo na história colonial do século XVII*, trad. port., SP, Companhia Editora Nacional, 1921, 1938 [1921].







Sobre o autor

Pedro Puntoni nasceu no ano de 1967, em São Paulo. Formou-se bacharel em História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde é pós-graduando em História Social. No momento, está preparando sua dissertação de mestrado sobre a escravidão africana no Brasil Holandês (1630-1654). Desde 1991 é membro do grupo de bolsistas do CEBRAP. É pesquisador do Núcleo de Estudos de Política e Sociedade (NEPS), onde faz parte das atividades do Seminário de Pesquisa Histórica.





tudo é história

1º semestre de 1992



HISTÓRIA DA AMÉRICA

ANTIGA

(Período Pré-Colombiano)

- A Pré-História 135
A América Pré-Colombiana 16

MODERNA

(Séc. XV a XVIII)

- Afro-América 44 ☆ A rebelião de Tupac Amaru 119 ☆ Guerra Civil Americana 40

CONTEMPORÂNEA

(Séc. XIX e XX)

- Caribe 108 ☆ O Caudilhismo 118 ☆ Haiti 104 ☆ As Independências na América Latina 1 ☆ O Militarismo na América Latina 46 ☆ Movimento Operário Argentino 95 ☆ O Populismo na América Latina 4

SÉRIE NOSSA AMÉRICA

- Bolívia 137 ☆ Chile 136 ☆ Uruguai 140

HISTÓRIA GERAL

ANTIGA

(Até o séc. V)

- O Egito Antigo 38 ☆ O Mundo Antigo: Economia e Sociedade 38 ☆ A Reforma Agrária na Roma Antiga 122

MEDIEVAL

(Séc. V a XV)

- A Caminho da Idade Média 117 ☆ As Cruzadas 34 ☆ O Feudalismo 65 ☆ O Império Bizantino 107 ☆ A Inquisição 49 ☆ O Mundo Carolíngio 99

MODERNA

(Séc. XV a XVIII)

- A Comuna de Paris 24 ☆ A Etiqueta no Antigo Regime 69 ☆ O Iluminismo e os Reis Filósofos 22 ☆ A Inquisição 49 ☆ Mercantilismo e Transição 7 ☆ Movimento e Pensamento Operários antes de Marx 139 ☆ As Revoluções Burguesas 8 ☆ A Revolução Inglesa 82

CONTEMPORÂNEA

(Séc. XVIII a XX)

- Apartheid 102 ☆ Argélia: A guerra e a Independência 73 ☆ A Ditadura Salazarista 106 ☆ A Formação do 3º Mundo 35 ☆ Guiné-Bissau 77 ☆ História da Ordem Internacional 126 ☆ Londres e Paris no séc. XIX 52 ☆ A Luta Contra a Metrópole 3 ☆ O Nascimento das Fábricas 51 ☆ Oriente Médio e o Mundo dos Árabes 53 ☆ Paris 1968: As Baricadas do Desejo 9 ☆ O Período do Entre-guerras 141 ☆ A Poesia Árabe Moderna e o Brasil 50 ☆ A Redemocratização Espanhola 68 ☆ A República de Weimar e a Ascensão do Nazismo 58 ☆ A Revolução Alemã 90 ☆ Revolução e Guerra Civil na Espanha 31 ☆ A Revolução Industrial 11 ☆ A Revolução Russa 61

HISTÓRIA DO BRASIL

COLÔNIA

(1500-1822)

- Bandeirantismo: Verso e Reverso 47 ☆ Barroco Mineiro 123 ☆ A Civilização do Açúcar 88 ☆ O Continente do Rio Grande 111 ☆ O Escravo Gaúcho 93 ☆ A Família Brasileira 71 ☆ Formação do Espaço Agrário Brasileiro 132 ☆ O Fumo no Brasil Colônia 121

IMPÉRIO

(1822-1889)

- A Abolição da Escravidão 17 ☆ A Balaiada 116 ☆ A Crise do Escravidismo e a Grande Imigração 2 ☆ A Economia Cafeteira 72 ☆ A Guerra Contra o Paraguai 131 ☆ A Guerra do Paraguai: 2ª visão 138 ☆ Nordeste Insurgente (1850-1890) 10 ☆ Os Quilombos e a Rebelião Negra 12 ☆ A Revolta dos Parcelos 110 ☆ A Revolução Farroupilha 101

REPÚBLICA

(1889-)

- A Burguesia Brasileira 29 ☆ A Campanha do Petróleo 109 ☆ A Cidade de São Paulo 78 ☆ Cidades da Ordem 128 ☆ A Coluna Prestes 103 ☆ Constituintes e Constituições Brasileiras 105 ☆ O Coronelismo 13 ☆ O cotidiano de trabalhadores 130 ☆ Cultura e Participação nos Anos 60 41 ☆ A Escola e a República 127 ☆ O Estado Novo 114 ☆ O Governo Goulart e o Golpe de 64 48 ☆ O Governo Jânio Quadros 30 ☆ O Governo Juscelino Kubitschek 14 ☆ História da Música Independente 124 ☆ A Industrialização Brasileira 98 ☆ Juventude Operária Católica 97 ☆ A Liberdade Sindical no Brasil 113 ☆ Mata Gallegos 129 ☆ Movimento Grevista no Brasil 120 ☆ Partido Republicano Federal 115 ☆ A Proclamação da República 18 ☆ Revolução de 30: A Dominação Oculta 42 ☆ São Paulo na Primeira República 125 ☆ A Segurança Nacional 112 ☆ Tio Sam chega ao Brasil 91

BIOGRAFIAS

- Friedrich Nietzsche 134 ☆ Sigmund Freud 133

RELAÇÃO ALFABÉTICA DOS TÍTULOS DA Coleção Primeiros Passos



Aborto • Ação Cultural • Acupuntura • Administração • Adolescência • Agrária, a questão • Aids • Alcoolismo • Alienação • Alquimia • Amor • Anarquismo • Arquitetura • Arte • Astrologia • Astronomia • Ator • Autonomia Operária • Aventura • Baralho • Beleza • Benzeção • Biblioteca • Bolsa de Valores • Brinquedo • Budismo • Burocracia • Candomblé • Capital • Capital Internacional • Capitalismo • Capoeira • Ceticismo • Cibernética • Cidadania • Cidade • Ciência • Cinema • Cometa Halley • Comissões de Fábrica • Computador • Comunicação Poética • Comunicação Rural • Comunicação • Comunidade Eclesial de Base • Comunismo • Constituinte • Conto • Contracepção • Contracultura • Cooperativismo • Corpo • Corpo(latria) • Criança • Crime • Cultura • Cultura Popular • Darwinismo • Democracia • Depressão • Deputado • Design • Desobediência Civil • Dialética • Diplomacia • Direito • Direito Autoral • Direito Internacional • Direitos da Pessoa • Direitos Humanos • Ditaduras • Dívida Externa, a questão • Documentação • Ecologia • Economia • Editora • Educação • Educação Física • Eleições • Empregos e Salários • Empresa • Energia Nuclear • Erotismo • Escolha Profissional • Escrita Feminina • Esperanto • Espiritismo • Espiritismo 2ª visão • Estatística • Estrutura Sindical • Ética • Etnocentrismo • Existencialismo • Família • Feminismo • Ficção • Floção Científica • Filatelia • Filosofia • Filosofia Medieval • Física • FMI • Folclore • Fome • Fotografia • Funcionalismo Público • Futebol • Geografia • Geopolítica • Grafologia • Greve • Guerra • Habeas-Corpus • Hipnotismo • História • História das Mentalidades • História em Quadrinhos • Homeopatia • Homossexualidade • Ideologia • Igreja • Imoralidade • Imperialismo • Indústria Cultural • Inflação • Informática • Informática 2ª visão • Inteligência Artificial • Ioga • Islamismo • Jazz • Jornalismo • Jornalismo Operário • Justiça • Lazer • Leitura • Liberdade • Língua • Lingüística • Literatura • Literatura Infantil • Literatura Popular • Lógica • Loucura • Magia • Mais-Valia • Marketing • Marxismo • Matemática • Materialismo Dialético • Medicina Alternativa • Medicina Popular • Medicina Preventiva • Menor • Método Paulo Freire • Mito • Moradia, a questão da • Moral • Morte • Mutinacionais • Museu • Música • Música Brasileira • Música Sertaneja • Nacionalidade • Natureza • Nazismo • Negritude • Neologismo • Neurose • Nordeste Brasileiro • Numismática • Palestina, a questão • Pantanal • Parapsicologia • Parlamentarismo • Participação • Participação Política • Patrimônio Histórico • Pedagogia • Pentecostalismo • Pessoas Deficientes • Pênis • Poder • Poder Legislativo • Poesia • Política • Política Cultural • Política Nuclear • Política Social • Pornografia • Português Brasileiro • Positivismo • Pós-Moderno • Prevenção de Drogas • Propaganda Ideológica • Psicanálise 1ª visão • Psicanálise 2ª visão • Psicodrama • Psicologia • Psicologia Comunitária • Psicologia Social • Psicoterapia • Psicoterapia de Família • Psiquiatria Alternativa • Punk • Questão Agrária • Química • Racismo • Radioatividade • Realidade • Recessão • Recursos Humanos • Reforma Agrária • Religião • Remédio • Retórica • Revolução • Rock • Romance Policial • Segurança do Trabalho • Semiótica • Serviço Social • Sindicalismo • Socialismo • Sociologia • Sociologia do Esporte • Stalinismo • Subdesenvolvimento • Suicídio • Superstição • Tabu • Tarô • Taylorismo • Teatro • Teatro Nô • Teologia da Libertação • Teoria • Tortura • Toxicomania • Trabalho • Tradução • Trânsito • Transporte Urbano • Trotskismo • Umbanda • Universidade • Urbanismo • Utopia • Vampiro • Vídeo • Violência • Violência Urbana • Zen • Zoologia

Impresso na **Crol** editora gráfica ltda
03043 Rua Martin Burchard, 246
Brás - São Paulo - SP
Fone: (011) 270-4388 (PABX)
com filmes fornecidos pelo Editor





Entre 1504 e 1654 os portugueses tiveram de enfrentar outras nações interessadas no espaço econômico americano para consolidar seu domínio efetivo; foram 150 anos de lutas interminantes. Analisando todos esses episódios podemos concluir que carece totalmente de fundamento a idéia tão disseminada de que a história colonial, tal como a nacional propriamente dita, não comportou guerras e violências...